



INSPEÇÃO-GERAL

DO MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014



Abril de 2015



INSPEÇÃO-GERAL  
DO MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO  
E SEGURANÇA SOCIAL

Exmo. Senhor  
Mestre Gabriel Osório de Barros  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Ministro da Solidariedade, Emprego e  
Segurança Social  
Praça de Londres, 2  
1049-056 LISBOA

Na resposta indicar sempre a data,  
nº de ofício e nossa referência

Nossa referência  
Gab. IG

Sua referência

Sua comunicação de

**ASSUNTO: Relatório de Atividades 2014 e Relatório Sintético**

Para os efeitos previstos no artigo 31º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, junto se remete a V. Exa. o Relatório de Atividades de 2014 da IGMSESS e o Relatório Sintético, a fim de serem submetidos à consideração de Sua Excelência o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Mais se alerta para o facto de se remeter também o Balanço Social de 2014 da IGMSESS, o qual constitui o Anexo XIII do Relatório de Atividades.

Com os melhores cumprimentos,

O Inspetor-Geral

  
Paulo Jorge Carvalho de Brito



INSPEÇÃO-GERAL  
DO MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO  
E SEGURANÇA SOCIAL

Exmo. Senhor  
Prof. Doutor Carlos Pereira da Silva  
Diretor-Geral do Gabinete de Estratégia e  
Planeamento do MESS  
Praça de Londres, 2 - 5º  
1049-056 LISBOA

Na resposta indicar sempre a data,  
nº de ofício e nossa referência

Nossa referência  
Gab. IG

Sua referência

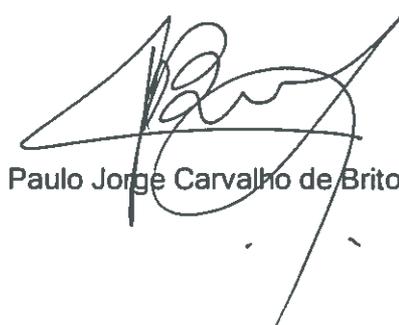
Sua comunicação de

**ASSUNTO:** Relatório de Atividades de 2014

Para os efeitos previstos no artigo 17º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 Dezembro, junto se remete a V. Exa. um exemplar do Relatório de Atividades de 2014 da Inspeção-Geral.

Com os melhores cumprimentos,

O Inspetor-Geral



Paulo Jorge Carvalho de Brito



SAIDA 00527 25.06.15

Gabinete de Estratégia e Planeamento

Exmo. Senhor  
Dr. Gabriel Barros  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Ministro da Solidariedade, Emprego e  
Segurança Social

Praça de Londres - 2, 16.º andar  
1049-056 LISBOA

*Handwritten:*  
9.27.2015  
PCL  
O Ministro  
Pedro Mota Soares

Sua referência  
V/Estrada n.º 2377

Sua Comunicação de  
16.04.2015

Nossa referência

**AO DR. ANTONIO  
TORRES**

**2015-06-30**

**O Chefe do Gabinete  
Gabriel Nogueira**

ASSUNTO: Parecer relativo à autoavaliação de 2014 da IGMSESS

De acordo com o n.º 2 do Artigo 17.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, é comunicado a V. Exa. o Parecer em anexo, relativo ao seguinte organismo do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social: Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Com os melhores cumprimentos,

*O Parecer do GEP constata uma análise detalhada e clara realizada no Relatório de Autoavaliação de IGMSESS concluído pela proposta de renovação de Bona.*

*Com base nas razões aduzidas, propõe-se*  
O Diretor-Geral

*Assinatura para despacho de homologação do Senhor Ministro, nos termos do n.º 3 do art.º 18.º de Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.*

(Carlas Pereira da Silva)

*2/7/2015*

*Antonio Torres*

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social	
Gabinete do Ministro	
Entrada Nº	4060 Pº 374-13/831
de	26 de 6 de 2015



GOVERNO DE PORTUGAL

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Vest.  
Liza DG, SIC e CGM.  
Isto quer dizer...  
falta...  
\*02626 15-07-24

22.09.2015

*[Signature]*  
Paulo Jorge Carvalho de Brito  
Inspector - Geral

*[Handwritten signature]*

28/07/2015

Exm.º Senhor  
Diretor-Geral do Gabinete de  
Estratégia e Planeamento  
Praça de Londres, n.º 2 - 5.º  
1049 - 056 LISBOA

*[Handwritten mark]*

Dr. Fernando Marques

Para conhecimento e

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA  
ENT.: 4060/MSESS/2015  
PROC. Nº: 374/2013/831

DATA agosto.

ASSUNTO: PARECER RELATIVO À AUTOAVALIAÇÃO DE 2014 DA IGMSESS

29/07/2015

*[Handwritten signature]*

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social de devolver V. Ex.ª o vosso ofício nº 00527 de 25 de junho de 2015, referente ao assunto mencionado em epígrafe, onde recaiu o despacho de 9 de julho de 2015, cujo teor se transcreve:

“Homologo.  
9.07.2015  
a) Pedro Mota Soares”

Com os melhores cumprimentos.

O CHEFE DO GABINETE

*[Handwritten signature]*

(Gabriel Osório de Barros)

Int.

Vesta data, foi dado  
cumprimento ao despacho  
do Senhor PM/ Inspector-geral

24.9.2015

O Secretário

*[Handwritten signature]*

**GABINETE DE ESTRATÉGIA  
E PLANEAMENTO**  
Ministério da Solidariedade,  
Emprego e Segurança Social

N.º 811 24.7.2015



## ÍNDICE

I. Nota Introdutória.....	2
II. Autoavaliação.....	4
II.1. Resultados alcançados e desvios verificados .....	4
II.1.1. Resultados Alcançados .....	4
II.1.2. Afetação de Recursos .....	6
II.2. Apreciação, pelos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados	9
II.3. Avaliação do sistema de controlo interno .....	11
II.4. Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes .....	14
II.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho da IG.....	16
II.6. Comparação com o desempenho de serviços idênticos.....	17
II.7. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores.....	17
II.8. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no PA, com indicação dos resultados .....	19
II.8.1. Indicadores Gerais .....	19
II.8.2. Atividade Planeada.....	23
II.8.3. Atividade não Prevista .....	24
II.8.4. Publicidade Institucional .....	25
II.8.5. Programa de Responsabilidade Social .....	25
III. Balanço Social.....	26
IV. Avaliação Final.....	29
V. ANEXOS.....	30



## I. Nota Introdutória

A Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (IGMSESS) iniciou em 2014 um ciclo de gestão de 5 anos na sequência da nomeação, com efeitos a 1 de janeiro, do inspetor-geral e dos subinspetores-gerais, após processo de recrutamento desenvolvido pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública.

No que se refere à missão da Inspeção-Geral, a atividade em 2014 foi substancialmente influenciada pela realização de 2 sindicâncias a Associações Mutualistas, devido às características próprias associadas a esta tipologia de intervenção. Efetivamente, face aos objetivos e metodologias de execução, existe uma imprevisibilidade elevada inerente a este tipo de ações que por isso absorveram 41% da capacidade operativa da IG no domínio dos recursos inspetivos.

O ano de 2014 também se caracteriza por terem voltado a ser realizadas ações na área do emprego, na sequência da alteração orgânica ocorrida no âmbito do Ministério em 2013, e por a Inspeção-Geral ter assumido a competência de tratar os processos de reclamação dos serviços e equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na sequência do despacho de Sua Excelência o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, de 30.04.2014.

Ao nível das atividades de apoio, saliente-se que, a partir de fevereiro de 2014, a Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social integrou as atribuições da Inspeção-Geral nos domínios dos recursos humanos, formação profissional nas matérias transversais, negociação e aquisição de bens e serviços, financeiro e patrimonial.

Não obstante continuar a verificar-se a saída, em mobilidade interna intercarreiras, de inspetores para exercerem funções de técnico superior, sem possibilidade de intervenção da Inspeção-Geral, foi possível ultrapassar esses constrangimentos pela dinâmica e empenho dos trabalhadores durante o ano, permitindo atingir todos os objetivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Os resultados obtidos permitem afirmar que o principal objetivo estratégico da IGMSESS foi alcançado, já que contribuíram para que os serviços e organismos do Ministério da



Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS) funcionem melhor, promovendo desempenhos progressivamente mais económicos, eficientes e eficazes.

Em 2014 foram trabalhados 97 processos (96 em 2013) dos quais 19,6% correspondem a autuações de 2014, sendo que se procedeu ao arquivamento de 32 processos.

O presente relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes definidas e divulgadas pelas entidades competentes (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços e Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social).



## II. Autoavaliação

### II.1. Resultados alcançados e desvios verificados

#### II.1.1. Resultados Alcançados

A análise do Quadro de Avaliação e Responsabilização de 2014 da Inspeção-Geral (IG) demonstra que os objetivos definidos e superiormente aprovados pela tutela foram atingidos (quatro superados), face aos indicadores e às metas estabelecidas, tendo alcançado, com apuramento efetuado a 31 de dezembro de 2014, o valor de **110,45** pontos, correspondente à menção qualitativa de *Desempenho Bom*, conforme Anexo I.

Os dois objetivos de **Eficácia** previstos apresentam um valor global de **108,9%**, estando maioritariamente relacionados com a atividade planeada da IG.

O primeiro objetivo de **eficácia** (Auditar sistemas e procedimentos de controlo interno de serviços/organismos do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)) foi superado em 10,0% decorrente da realização de 11 auditorias face a uma meta estabelecida de 10. O segundo objetivo de **eficácia** (Assegurar a monitorização da adoção das recomendações formuladas) foi superado em 6,8%, em resultado do continuado compromisso de acompanhar, ao longo do ano, a implementação, pelas entidades, das recomendações formuladas pela Inspeção-Geral nos seus relatórios.

Relativamente aos objetivos de **eficácia** cumpre relevar os resultados alcançados não obstante os constrangimentos decorrentes da realização de 2 sindicâncias e da saída de 2 inspetores, evidenciando, assim, o significativo empenho dos trabalhadores afetos ao Centro de Competências de Inspeção. Saliente-se ainda que a superação do segundo objetivo implicou que os inspetores e respetivos chefes analisassem em tempo útil os elementos que eram reportados pelas entidades e os demais trabalhadores da área efetuassem um controlo de prazos dos processos rigoroso tendo em vista a sua apresentação tempestiva para despacho.



No que se refere ao objetivo de **Eficiência** (minimizar os tempos despendidos na elaboração dos relatórios provisórios pelas equipas inspetivas, nas ações do Plano de Atividades de 2014 da IG) a taxa de realização foi de **100%**. A meta estabelecida era de permitir que os tempos gastos na elaboração e revisão dos relatórios pudessem ultrapassar em +35% o tempo definido nos Planos de Ação, tendo-se atingido um resultado de +35%.

Não obstante ter sido um ano de realização de algumas ações envolvendo um grau de complexidade acentuado, implicando processos de revisão de relatórios extensos, foi possível atingir a meta estabelecida.

Saliente-se que para o valor alcançado contribuiu de forma significativa o facto de haver 3 ações no domínio do controlo técnico da atuação dos organismos do MSESS, especificamente, ao Complemento Solidário para Idosos, que tiveram a mesma coordenação e utilizaram metodologias comuns na sua realização, tendo-se obtido sinergias positivas com ganhos no tempo de execução e revisão dos relatórios.

Os dois objetivos de **Qualidade** estabelecidos apresentam um valor global de **117,7%**, sendo de realçar que relativamente ao primeiro objetivo (garantir a aceitação, pelos organismos auditados, das recomendações formuladas), **91,8%** das recomendações efetuadas, no decurso das auditorias concluídas em 2014, foram aceites pelos organismos/serviços auditados, o que representa uma taxa de realização de **102,0%**.

Desde 2008 que este objetivo foi sendo fixado, progressivamente, de forma mais ambiciosa (desde 70% em 2008 até 90% em 2014, com um valor crítico de 100%), traduzindo a exigência colocada no aumento da qualidade da intervenção da Inspeção-Geral.

O segundo objetivo (assegurar a valorização profissional dos recursos humanos) decorre da Resolução do Conselho de Ministros nº 89/2010, tendo-se atingido um resultado de **84,8%** face à meta fixada de 60%. O resultado alcançado representa uma superação do objetivo em **41,3%** e justifica-se, essencialmente, pelo facto de ter sido adotada uma política potenciadora da participação generalizada e diversificada em ações de formação. Assim, **84,8%** dos trabalhadores em funções na Inspeção-Geral em 31.12.2014 participaram ao longo do ano em ações de formação.

## II.1.2. Afetação de Recursos

Ao nível dos recursos humanos, o valor executado de 491 pontos representa cerca de 92% do planeado (535 pontos), sendo que a origem do desvio negativo de 44 pontos reside, essencialmente, nas carreiras de inspetor e assistente técnico. Neste âmbito, refira-se que na carreira de inspetor o desvio (-32 pontos) decorre, designadamente, da ausência de uma inspetora durante quase todo o ano, por doença, e da saída inesperada de 2 inspetoras.

Na carreira de assistente técnico está em causa a ausência de 3 trabalhadores, por doença, sendo que relativamente a 1 prolongou-se, praticamente, durante todo o ano.

Note-se que a leitura destes dados evidencia um esforço acrescido dos trabalhadores da carreira inspetiva tendo em vista o organismo alcançar os objetivos e metas a que se propôs no Plano de Atividades de 2014 e, por consequência, no QUAR. Estes dados significam que os objetivos e metas estabelecidas, associados às auditorias previstas realizar, foram alcançados com um número inferior de inspetores.

Ao nível financeiro, a IG dispôs, em 2014, de um orçamento disponível de 2.007.203 € (face a 2.268.323 € em 2013), financiado em 90,6% pelo Orçamento da Segurança Social e em 9,4% pelo Orçamento do Estado (OE), conforme quadro *infra*.

**Quadro 1 - Orçamento por Fonte de Financiamento (2011-2014)**

Fonte de Financiamento	2011		2012		2013		2014	
	Valor (a)	%						
OSS	2.254.091	89,4	1.767.959	87,9	2.022.899	89,2	1.818.854	90,6
OE	258.908	10,3	244.222	12,1	245.424	10,8	188.349	9,4
PIDDAC	7.600	0,3	0	0	0		0	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.520.599</b>	<b>100</b>	<b>2.012.181</b>	<b>100</b>	<b>2.268.323</b>	<b>100</b>	<b>2.007.203</b>	<b>100</b>
Transição Saldo	66		7.340		26.863		0	
<b>TOTAL</b>	<b>2.520.665</b>		<b>2.019.521</b>		<b>2.295.186</b>		<b>2.007.203</b>	

(a) - Dotações Disponíveis

Saliente-se que o orçamento disponível em 2014 representa um decréscimo de cerca de 11,5% face ao montante de 2013.

A taxa de realização do Orçamento situou-se nos 97,8%, sendo que as taxas de realização do Orçamento de Estado e do Orçamento da Segurança Social se situaram, respetivamente, nos 98,6% e nos 97,7%.

**Quadro 2 - Recursos Financeiros (2014)**

Orçamento	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Dotação Disponível	Pagamentos*	Taxa de Execução
OSS	1.921.249	1.921.249	1.818.854	1.777.301	97,7%
OE	188.698	188.698	188.349	185.756	98,6%
<b>TOTAL</b>	<b>2.109.947</b>	<b>2.109.947</b>	<b>2.007.203</b>	<b>1.963.057</b>	<b>97,8%</b>

\* extraídas as reposições abatidas aos pagamentos

O quadro seguinte evidencia a evolução da despesa:

**Quadro 3 - Evolução da despesa de 2013 a 2014, por classificação económica**

Classificação Económica da Despesa	2013		2014		Variação % 2013/2014
	Valor		Valor	Peso %	
<b>Despesas de Pessoal</b>	<b>1.791.862</b>		<b>1.716.081</b>	<b>87,4</b>	<b>-9,5%</b>
-Remunerações Certas e Permanentes	1.409.198		1.346.549	68,6	-4,4%
-Abonos Variáveis e Eventuais	57.739		28.712	1,5	-50,3%
-Segurança Social	324.925		340.820	17,4	+4,9%
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>247.148</b>		<b>230.530</b>	<b>11,8</b>	<b>-6,7%</b>
-Aquisição de Bens	7.769		5.549	0,3	-28,6%
-Aquisição de Serviços	239.379		224.981	11,5	-6,0%
Aquisição de Bens Capital	0		16.446	0,8	-
<b>Total</b>	<b>2.039.010</b>		<b>1.963.057</b>		<b>-3,7%</b>

No que respeita à estrutura dos encargos, as despesas com pessoal constituem a rubrica mais expressiva (87,4%), justificando-se a sua variação negativa (9,5%) pela conjugação de



vários fatores, de sentido contrário, com especial relevo para as três oscilações ocorridas nos vencimentos (cortes previstos no OE inicial de 2014; decisão do Tribunal Constitucional com conseqüente processamento integral dos vencimentos; reposição das percentagens e do valor dos cortes de 2011), para o aumento das contribuições da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações (passou de 20% em 2013 para 23,75% em 2014), para a diminuição das contribuições para a ADSE (de 2,5% para 1,25%), em agosto de 2013, para a localização de realização das ações, incluindo de uma das sindicâncias, determinando uma diminuição dos valores suportados com ajudas de custo e para a cessação do pagamento de um suplemento de função inspetiva, que resultaram, em termos líquidos, num decréscimo de despesa:

- Pessoal (-4,3%, passou de 1.126.518€ para 1.077.8219€);
- Caixa Geral de Aposentações (+15,1%, passou de 260.532€ para 299.775€);
- Contribuições da Entidade Patronal para a ADSE (-39,4%, passou de 26.687€ para 16.041€);
- Ajudas de Custo (-42,3%, passou de 48.002€ para 27.715€);
- Gratificações (-46,6%, passou de 15.890€ para 8.493€).

As despesas com a aquisição de bens e serviços tiveram um decréscimo de 6,7% (-16.618€), com a aquisição de bens a diminuir 28,6% (passou de 7.769€ para 5.549€) e as despesas com aquisição de serviços a decrescer 6% (-14.398€, passou de 239.379€ para 224.981€).

Ao nível da aquisição de bens releva-se a significativa redução dos encargos com combustíveis e lubrificantes (-54,6%, passou de 4.355€ para 1.977€ em 2014) em resultado da menor utilização dos veículos afetos à Inspeção-Geral.

No domínio da aquisição de serviços, o decréscimo verificado está essencialmente associado às conseqüências decorrentes da execução de 2 sindicâncias e à poupança originada com o novo contrato de vigilância e segurança celebrado na sequência do procedimento aquisitivo centralizado, desenvolvido pela Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do Ministério:

- Deslocações e Estadas (-24,5%, passou de 20.101€ para 15.172€);
- Vigilância e Segurança (-16,2%, passou de 27.150€ para 22.757€).



No ano de 2014 procedeu-se à renovação do equipamento informático (portáteis) dos inspetores que implicou uma despesa que ascendeu a 16.446€.

Em geral, os dados orçamentais evidenciam a prossecução de uma gestão extremamente rigorosa e parcimoniosa dos dinheiros públicos disponíveis, realizando-se apenas as despesas estritamente indispensáveis ao desenvolvimento das atribuições da Inspeção-Geral.

## **II.2. Apreciação, pelos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados**

Neste ponto não há nada a acrescentar ao que foi referido no Relatório de Atividades de 2013 pelo que de seguida serão reproduzidas, com o ajustamento necessário, as asserções então efetuadas.

Considerando a missão e as atribuições cometidas à Inspeção-Geral, assim como os seus objetivos, a sua atividade encerra especificidades que não são compatíveis com os questionários tipo existentes e divulgados para utilização na aferição deste aspeto no âmbito da autoavaliação. O questionário tipo está exclusivamente direcionado para entidades que têm serviços de atendimento ao público, o que não é o caso da IGMSESS e das demais Inspeções-Gerais.

Acresce que os principais clientes da atividade desenvolvida pela Inspeção-Geral são os Membros do Governo do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e as entidades auditadas, não se entendendo adequado realizar questionários de satisfação junto dos mesmos.

Face a estes constrangimentos, nos anos de 2009, 2010 e 2011, considerou-se que a aferição do nível de apreciação dos serviços prestados fosse efetuada, nomeadamente, através do grau de aceitação, pelos organismos auditados, das recomendações da IGMSESS, constituindo uma forma de objetivar a qualidade da intervenção da Inspeção-Geral.

No entanto, esta solução, em sede de parecer sobre as autoavaliações de 2009, 2010 e 2011, não foi sancionada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) que então referiu:

- “...procurar-se-á, junto dos restantes GEP/GPEARl encontrar uma forma de obter um indicador uniforme e conveniente.” (2009);



- "...o GEP, ao longo das reuniões do GT do CCAS, foi levantando essa questão, sobretudo junto dos representantes do Ministério das Finanças. No entanto, até à data não se conseguiu obter a informação pretendida, tal como em relação a outras questões. Aguarda-se, por isso, que ao longo dos trabalhos que se encontram programados iniciar no final do 3º trimestre, relativamente à revisão da Matriz de Excelência, se proceda a uma clarificação de vários critérios, entre os quais se encontra o da dificuldade de adaptação do questionário de avaliação dos utilizadores." (2010 e 2011).

No que se refere ao ano de 2012 e 2013 o GEP não acrescenta argumentos aos já por si apresentados e atrás expostos.

A Inspeção-Geral continua a entender que a solução adotada entre 2009 e 2013, face às características da sua intervenção, é uma alternativa viável. Note-se que esta aferição é realizada em sede de contraditório, isto é, no momento em que se analisa as observações que foram efetuadas pelos organismos auditados no âmbito do Princípio do Contraditório.

Assim, conforme referido anteriormente, durante o ano de 2014, os organismos auditados aceitaram e concordaram em implementar 91,8% das recomendações formuladas pela IG, o que apenas pode refletir um elevado nível de satisfação com os serviços da Inspeção-Geral (Anexo II).

A IGMSESS, apesar de não incluir na sua orgânica qualquer função de atendimento ao público, possui um formulário na sua página eletrónica para apresentação de queixas/denúncias/reclamações/participações, bem como um endereço de correio eletrónico à disposição dos cidadãos.

No que a estes meios de comunicação diz respeito, a totalidade das situações expostas em 2014 e recebidas na IGMSESS, no total de 2.130, tiveram como objeto a atuação/intervenção de outros serviços/organismos, bem como matérias cuja atuação/intervenção de primeira linha se encontra legalmente atribuída a outras entidades, sendo que a Inspeção-Geral não foi visada em nenhuma das exposições recebidas.

Consequentemente, as situações identificadas foram encaminhadas para os organismos/serviços competentes, sem prejuízo da IGMSESS ter continuado a acompanhar as diligências por estes realizadas e os resultados alcançados, nas situações que o justificaram.



No Livro de Reclamações da Inspeção-Geral, em 2014, não foram registadas quaisquer ocorrências.

### II.3. Avaliação do sistema de controlo interno

A avaliação do sistema de controlo interno da IGMSESS teve por base:

- O questionário que, para o efeito, foi disponibilizado no Guião sobre Monitorização e autoavaliação SIADAP1/QUAR, 3ª versão, setembro de 2010 (Anexo III);
- Os termos de referência e os questionários<sup>1</sup> utilizados nas auditorias realizadas no âmbito do artigo 62º da Lei de Enquadramento Orçamental no quadro de funcionamento do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI) (Anexo IV);

A IGMSESS é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, dispondo, em 2014, para a realização, contabilização e pagamento das despesas dos sistemas aplicacionais desenvolvidos no âmbito do Ministério das Finanças (GeRFiP, abrangendo os domínios de gestão contabilística e de recursos financeiros, estando subjacente a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública e SRH).

A partir de fevereiro de 2014, as atribuições da Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social nos domínios dos recursos humanos, formação profissional nas matérias transversais, negociação e aquisição de bens e serviços, financeiro e patrimonial foram integradas na Secretaria-Geral do Ministério, em cumprimento do estabelecido na alínea a) do art.º 30º do Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro<sup>2</sup>.

Esta alteração de competências suscitou a definição e implementação de mecanismos de articulação com a Secretaria-Geral para o exercício adequado das atribuições, que foram consubstanciados num Acordo de Cooperação subscrito por ambos os organismos.

A atividade inspetiva da IGMSESS encontra-se padronizada e normalizada, suportada num Manual de Procedimentos designado "Manual de Procedimentos da Atividade de Missão" que compreende todas as fases das ações (abertura, planeamento, execução, relatório

<sup>1</sup> De acordo com a metodologia utilizada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), compreendendo, quanto ao controlo interno, os seguintes cinco componentes - Ambiente de Controlo; Avaliação do Risco; Sistemas de Informação; Atividades de Controlo; Monitorização dos Controlos.

<sup>2</sup> Lei orgânica do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.



provisório, contraditório, relatório definitivo, encaminhamento do relatório, acompanhamento e encerramento). Acrescem, nos domínios da padronização e normalização, os princípios e normas internacionais de auditoria, entre as quais se incluem as relativas à ética e à conduta e o manual de procedimentos para a auditoria desenvolvido no âmbito do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado.

A Inspeção-Geral tem uma estrutura matricial que inclui um Centro de Competências de Inspeção (CCI) e uma Área Técnica e de Suporte. O CCI era constituído em 2014 por três Equipas Multidisciplinares, tendo sido atribuídas às respetivas chefias competências de coordenação operacional das mesmas, bem como de gestão da assiduidade, da pontualidade, faltas, férias e de avaliação do desempenho dos elementos da sua Equipa.

O sistema de controlo interno vigente na IGMSESS caracteriza-se pelos seguintes aspetos:

#### **1. Ambiente de Controlo**

- Estabeleceram-se contactos regulares (reuniões mensais e contactos informais) entre a Direção e os Chefes de Equipa Multidisciplinares e realizaram-se reuniões semanais dos Chefes de Equipa;
- Existem manuais de conduta e de ética e procedimentos;
- O planeamento da atividade encontra-se subordinado e é realizado de acordo com as linhas definidas em documentos de orientação estratégica;
- São solicitados contributos aos funcionários para o planeamento da atividade, o qual cumpre os requisitos legais.

#### **2. Estrutura organizacional**

- A estrutura organizacional obedece ao definido no diploma orgânico;
- Existem despachos de delegação de competências, nomeadamente no que se refere à realização de despesas, à gestão financeira e patrimonial e à gestão de pessoal;
- Foram disponibilizadas e realizadas diversas ações de formação, quer por iniciativa do trabalhador (autoformação), quer promovidas pela Inspeção-Geral.

#### **3. Atividades e procedimentos de controlo financeiro e administrativo implementados**

- O diploma orgânico encontrava-se integralmente regulamentado, estando refletido no organograma da IGMSESS (Anexo V);



- Reconhecem-se e estão formalizados os fluxos de informação e comunicação através do recurso a redes partilhadas e *Intranet*;
- Está garantido o cumprimento do disposto no artigo 23º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, identificando as assinaturas dos intervenientes em todos os processos administrativos;
- Toda a atividade é monitorizada por instrumentos que foram implementados. De salientar que a atividade inspetiva é desenvolvida, já desde 2006, com base num planeamento em dias úteis de trabalho, cujo reporte é efetuado semanalmente, permitindo, a todo momento, saber exatamente qual o ponto de situação face ao programado e a adoção de medidas corretivas quando se justifique;
- É utilizado um sistema de registo biométrico de assiduidade do pessoal;
- Foram exarados despachos que visam disciplinar e informar os colaboradores sobre matérias relativas ao funcionamento da Inspeção-Geral e às tarefas atribuídas a cada um;
- Ao nível das despesas e do património, as operações de autorização, aprovação, execução, registo e custódia encontram-se definidas e são realizadas de forma a existir um controlo das mesmas;
- Os procedimentos relativos à execução dos orçamentos são objeto de controlo mensal pela DGO;
- Tendo em vista o prosseguimento de uma estratégia de contenção de despesas e do seu controlo rigoroso, todas as despesas são autorizadas exclusivamente por um dos elementos da Direção. Assim, apenas são realizadas as despesas estritamente necessárias ao desenvolvimento da atividade da Inspeção-Geral;
- Encontram-se implementados mecanismos de controlo das ajudas de custo e das despesas com transportes por deslocações em serviço;
- As medidas adotadas ao nível do controlo financeiro permitiram alcançar resultados com sucesso no que concerne com a relação entre o valor total executado e o orçamentado e ao prazo médio de pagamento a fornecedores;
- Os bens patrimoniais encontram-se cadastrados e inventariados em aplicação informática própria, com atualizações regulares.



#### 4. Fiabilidade dos sistemas de informação

- A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e *software* é assegurada pelo Instituto de Informática do M'SESS e através de *backups*;
- Os sistemas de informação financeira e de recursos humanos utilizados são disponibilizados pelo Ministério das Finanças, existindo mecanismos de garantia de fiabilidade da informação;
- O circuito documental (correspondência e processos de todos os tipos, incluindo os de natureza inspetiva) encontra-se suportado por uma aplicação informática, existindo estatísticas mensais e de controlo da situação e da atividade processual;
- Existem bases de dados relativas à atividade inspetiva, sendo que a relativa às ações de controlo financeiro é inserida numa base *on-line* disponibilizada e partilhada pelos organismos que constituem o SCI, designada por "SIAUDIT".

#### II.4. Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes

Conforme já foi referido, todos os objetivos do QUAR foram alcançados (4 superados e 1 atingido) face às metas estabelecidas. No que concerne especificamente ao Plano de Atividades de 2014, estavam previstos:

- A realização de 13 ações de auditoria e 2 sindicâncias;
- Ações de acompanhamento às conclusões e recomendações formuladas em relatórios anteriores.

No final do ano tinham sido iniciadas 12 ações de auditoria e as 2 sindicâncias, encontrando-se (Vide Anexo VI):

- Concluídas - 6 auditorias e 1 sindicância (relatórios definitivos elaborados e entregues para homologação);
- Em curso - 6 auditorias (2 com relatórios provisórios elaborados e remetidos para contraditório e 4 em elaboração de relatório provisório) e 1 sindicância;
- Suspensas - 1 auditoria.



Em geral, as principais causas associadas ao desvio entre a atividade operacional planeada e a executada estão relacionadas, essencialmente, com:

- A conclusão durante o ano de 2014 de ações de auditoria iniciadas em 2013 e sem relatório definitivo a 31.12.2013;
- A complexidade das matérias em algumas auditorias em que foram apuradas situações de eventual responsabilidade financeira que implicam, só por si, a dilação dos prazos face à necessidade e obrigatoriedade de efetuar os respetivos contraditórios determinada pela Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;
- A saída de 2 inspetores durante o ano, originando a necessidade de efetuar ajustamentos na respetiva calendarização;
- As ações de natureza extraordinária que foram realizadas (no total de 4) e que implicaram a afetação de inspetores que estavam destinados a assegurar as auditorias previstas no Plano.

Especificamente, salienta-se:

- A realização de duas sindicâncias a Associações Mutualistas no âmbito do Plano de Atividades, determinadas superiormente, face às suas características próprias em termos de objetivos e metodologias de execução, condicionaram toda a atividade da Inspeção-Geral durante o ano de 2014, envolvendo a afetação de 2 chefes de equipa como sindicantes e 9 inspetores (41% da capacidade operativa em matéria de recursos humanos).

São ações de elevada imprevisibilidade na sua execução que decorre do facto de se proceder a uma averiguação global da atividade e funcionamento das entidades e, metodologicamente, ser obrigatório a sua publicitação em 2 jornais e por meio de editais, sendo necessário recolher e analisar as declarações das pessoas que se apresentem para ser ouvidas;

- A sindicância à Associação Mutualista "União Mutualista Nossa Senhora da Conceição - Montijo" não se concluiu devido à extensão e complexidade das matérias em análise derivadas da sua ampla área de intervenção que inclui equipamentos sociais, uma farmácia e uma clínica de prestação de cuidados de saúde;
- A auditoria à criação do próprio emprego com recurso ao montante global das prestações de desemprego foi suspensa em virtude da equipa inspetiva ter sido afeta



à realização de um processo de averiguações instaurado a pedido do Secretário de Estado da Segurança Social.

## **II.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho da IG**

Neste ponto, cumpre expor, por um lado, as medidas que se pretende implementar com vista a um reforço positivo do desempenho do serviço e, por outro lado, cumpre evidenciar as condicionantes existentes ou previsíveis que podem vir a afetar os resultados a atingir.

No que diz respeito às medidas positivas a implementar e desenvolver no futuro, importa sublinhar as seguintes:

- Garantir uma adequada integração, no Centro de Competências de Inspeção, de 4 novos inspetores cujo processo de recrutamento para a carreira especial de inspeção se encontra em curso;
- Reforçar a qualificação dos efetivos, através de ações/cursos de formação em áreas selecionadas que estejam relacionadas com a atividade desenvolvida;
- Incrementar a redução do tempo de elaboração e revisão dos relatórios provisórios de forma a minimizar o tempo que decorre entre o contacto da IGMSESS e a entidade auditada e o conhecimento do Projeto de Relatório;
- Aumentar a qualidade e a eficácia dos trabalhos, continuando a ajustar os relatórios tendo em vista apresentarem, de forma clara e inequívoca, os principais resultados.

Relativamente às condicionantes cumpre referir as seguintes:

- Elevada diversidade de algumas áreas/matérias integradas no universo de atuação da Inspeção-Geral;
- O Regime de Mobilidade Interna atualmente em vigor que permite a saída dos inspetores sem pré-aviso e sem qualquer possibilidade de intervenção por parte da IG;
- Duração da formação de novos inspetores e os recursos que essa formação absorve;
- Restrições orçamentais e imposição de limitações financeiras no âmbito das opções gestonárias em matéria de recursos humanos.



## II.6. Comparação com o desempenho de serviços idênticos

Continua a não ser possível proceder a uma comparação com o desempenho de serviços idênticos, conforme previsto na alínea e) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2207, de 28 de dezembro, por não existirem dados disponíveis de outros organismos.

Trata-se de um problema que se julga ser transversal (ao nível das inspeções-gerais e dos demais organismos) porquanto está em causa comparar resultados atingidos ou níveis de execução, referentes ao ano em análise, e não meras previsões ou objetivos propostos, sendo que no momento em que se está a elaborar o relatório de atividades os outros organismos também o estão a fazer não havendo, por isso, dados disponíveis.

Em 2011 a sugestão do GEP para estabelecimento de "...contacto com a Secretaria-Geral do ex-MTSS, para conhecimento do Relatório de *Benchmarking* entre as SG dos vários Ministérios e para obtenção de informação sobre a forma como foi elaborada a análise comparativa..." foi acolhida.

No entanto, constatou-se que se trata de um processo interativo entre as organizações, que implica a disponibilidade de todas, num contexto de estabilidade ao nível organizacional e de atribuições.

Atualmente, ao nível das inspeções-gerais, não se vislumbra existir tal contexto de forma a possibilitar o estabelecimento de contatos permanentes, envolvendo a troca de dados/informação, que permita proceder à comparação entre as diversas entidades com atividades similares.

Assim, continua a considerar-se que este problema terá de ser abordado e resolvido de forma transversal ao nível da Comissão de Coordenação de Avaliação de Serviços, esperando-se novas informações que possam ser veiculadas pelo GEP conforme refere no parecer relativo ao desempenho de 2011 e 2012.

## II.7. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores

Com o objetivo de aferir o grau de satisfação de dirigentes intermédios e demais trabalhadores da IGMSSS relativamente a vários aspetos do seu serviço, foi efetuado, entre os dias 9 de janeiro e 20 de fevereiro de 2014, um questionário de avaliação a todos os que, de forma anónima, quiseram participar. Para o efeito, foi usado o modelo constante do Anexo VII.

Do universo de 43 colaboradores à data de realização do questionário, 17 preencheram-no, o que representou uma taxa de resposta de 39,5%.

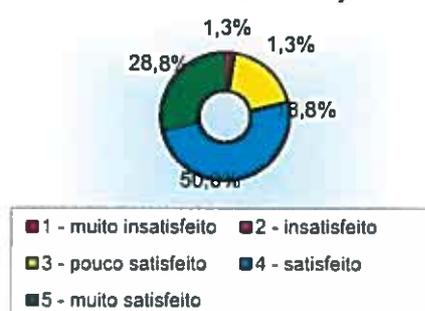
Em termos gerais, o grau de satisfação global foi positivo (3,8 - valor médio ponderado pelas percentagens das respostas), evidenciando-se que os colaboradores consideram-se "satisfeito" ou "muito satisfeito", acima dos 50%, em todas as áreas objeto do inquérito (Anexo VIII).

Ainda em termos gerais cumpre referir os resultados no domínio da satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos (85%) e com os níveis de motivação (79%), conforme Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos



Gráfico 2 - Níveis de Motivação



A nível desagregado salienta-se a satisfação com o desempenho global da Inspeção-Geral (77%), com o ambiente de trabalho (77%), com a possibilidade de conciliar o trabalho com assuntos relacionados com a saúde (82%) e com a motivação para participar em projetos de mudança na IG (82%).

Gráfico 3 - Satisfação com o desempenho global da IGMSESS

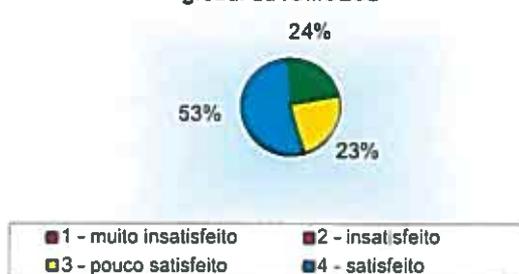
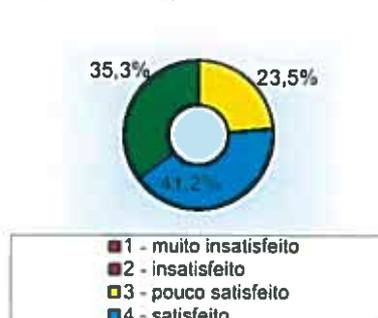


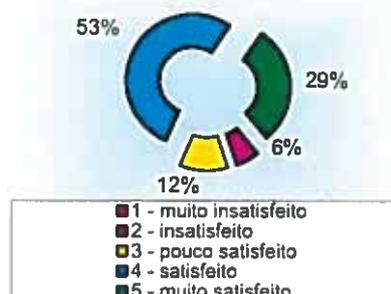
Gráfico 4 - Ambiente de Trabalho



**Gráfico 5 - Satisfação com a possibilidade de conciliar o trabalho c/assuntos relacionados com a saúde**



**Gráfico 6 - Motivação para participar em projetos de mudança na IGMSESS**



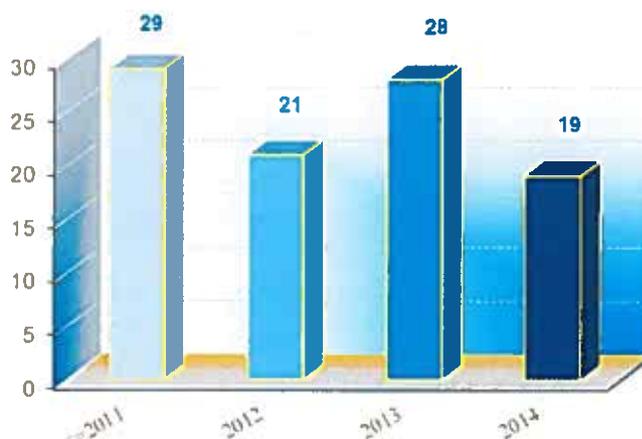
O aspeto em que colaboradores da IGMSESS apresentam o valor mais elevado de satisfação (níveis de satisfeitos ou muito satisfeitos) é de equipamentos informáticos disponíveis (100%), verificando-se também valores muito elevados para os *items* equipamentos de comunicações disponíveis (88%) e software disponível (82%).

## II.8. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no PA, com indicação dos resultados

### II.8.1. Indicadores Gerais

Durante o ano de 2014 foram trabalhados 97 processos (96 em 2013), correspondendo 19,6% a processos atuados em 2014 e os restantes processos a atividade iniciada em anos anteriores, conforme Gráfico 7.

**Gráfico 7 - Processos Trabalhados por ano de atuação**



O acréscimo do número de processos trabalhados é ainda o reflexo do aumento da atividade registada em 2013 e cujos processos ainda foram trabalhados em 2014 (28,9%) e do n.º de processos anteriores a 2011 que representou 29,9% dos processos trabalhados.

Note-se que em 2013 foram autuados 33 processos enquanto em 2014 esse número ascendeu a 19 processos, traduzindo uma diminuição de 42% que decorre, essencialmente, das limitações impostas pela realização das duas sindicâncias em 2014.

Durante o ano de 2014, em 32,0% dos processos trabalhados (27,1% em 2013), foi proferido despacho de arquivamento<sup>3</sup> - por estar concluído o trabalho - encontrando-se ainda pendentes 66 processos (19 dos quais autuados em 2014), conforme Quadro 4. De referir, ainda, que no decurso de 2014 foram reabertos 13 processos anteriormente arquivados, dos quais 11 foram rearquivados ainda em 2014.

**Quadro 4 - Processos em curso e arquivados em 2014**

Processos	Ano de Autuação				Total
	< = 2011	2012	2013	2014	
Arquivados em 2014	15	10	6	0	31
Em curso a 31/12	14	11	22	19	66
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>21</b>	<b>28</b>	<b>19</b>	<b>97</b>

Nos últimos anos a IGMSESS tem reforçado, enquanto entidade de controlo setorial do M'ESS, a sua função de auditoria, centrando a sua atividade nas ações planeadas, as quais representaram 64,9% dos processos trabalhados em 2014 (60,4% em 2013), distribuindo a sua atividade por dois vetores, conforme Quadro 5:

- Um correspondente aos de Auditoria e de Acompanhamento das recomendações resultantes de relatórios de auditoria, tipologias de processo que mais tempo e recursos absorvem e que, em conjunto, assumem preponderância no âmbito da atividade desenvolvida pela Inspeção-Geral (76,2% face a 76,0% em 2013);
- Um segundo, de atividade reativa, correspondente aos processos de Averiguações/Inspeções, em que a IGMSESS atua, quer por determinação superior, quer por sua iniciativa, para apuramento das razões/responsáveis por factos ocorridos nos serviços/organismos do M'ESS (17,5% face a 16,7% em 2013).

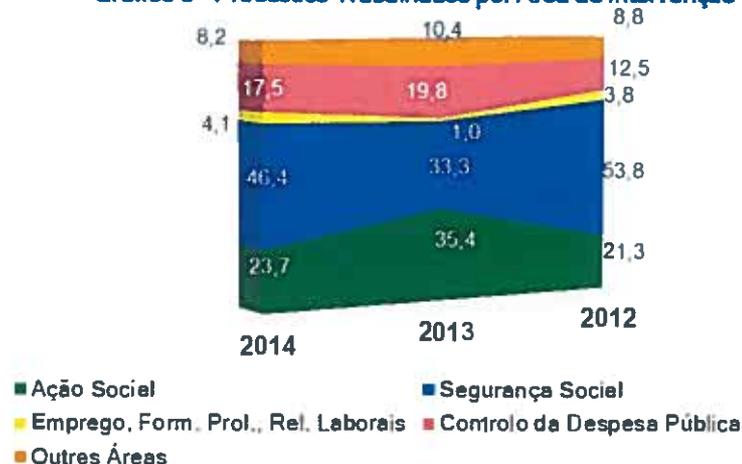
<sup>3</sup> Foram proferidos 41 despachos de arquivamento em 32 processos, sendo que 22 desses despachos corresponderam a primeiros arquivos.

Quadro 5 - Processos trabalhados em 2014 por tipologia

Tipologia de processo	2012	2013	2014	
	%	%	n.º	%
Acompanhamento	22,5	15,6	11	11,3
Administrativo	3,8	3,1	4	4,1
Averiguações/Inspeções	10,0	14,6	14	14,4
Auditoria	60,0	60,4	63	64,9
Inquérito/Sindicâncias	1,3	2,1	3	3,1
Disciplinar	2,5	4,2	2	2,1
<b>TOTAL</b>			<b>97</b>	

Verificou-se em 2014 um aumento do número de processos trabalhados nas áreas da Segurança Social (46,4% face a 33,3% em 2013) e do Emprego, Formação Profissional e Relações Laborais (4,1% face a 1,0% em 2013), devido, neste último caso, à integração desta área novamente no âmbito do Ministério, regressando à esfera de atuação da IGMSESS, com reflexos na diminuição do número de processos nas restantes áreas de intervenção, com particular ênfase na área da Ação Social (23,7%, face a 35,4% em 2013), conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 - Processos Trabalhados por Área de Intervenção



No que concerne ao âmbito geográfico em que a IGMSESS desenvolveu a sua atividade, continuou a registar-se, em consequência da continuidade de uma atividade planeada vocacionada para intervenções mais profundas sobre as diferentes temáticas, uma preponderância das ações com abrangência nacional (51,5% face a 57,3% em 2013), concentrando-se, a restante atividade, primordialmente, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Centro (21,6% e 11,3%, respetivamente), conforme Quadro 6.

**Quadro 6 - Processos trabalhados por incidência geográfica**

Região	2012	2013	2014	
	%	%	n.º	%
Norte	12,5	8,3	8	8,2
Centro	8,8	10,4	11	11,3
Lisboa e Vale do Tejo	16,3	15,6	21	21,6
Alentejo	5,0	3,1	3	3,1
Algarve	3,8	5,2	4	4,1
Âmbito Nacional	53,8	57,3	50	51,5
<b>TOTAL</b>			<b>97</b>	

As entidades que são objecto de intervenção da Inspeção-Geral são ouvidas no âmbito do princípio do contraditório<sup>4</sup>, nos termos previstos no artigo 12º do Decreto-Lei nº 276/2007, de 31 de julho.

É de realçar, ainda, que a maioria dos processos trabalhados deu origem à elaboração de recomendações e propostas às entidades alvo de intervenção ou ao acompanhamento de recomendações e/ou situações específicas já anteriormente objeto de análise e/ou relato, o que evidencia o carácter pedagógico das intervenções da IG e o compromisso desta no acompanhamento das situações que o justificam.

Cumpra, ainda, referir a comunicação, em 2014, de situações apuradas no decurso da intervenção desta Inspeção-Geral, aos serviços:

- da Autoridade Tributária, em 5 processos;
- da Autoridade para as Condições de Trabalho, num processo;
- da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, num processo;
- do Ministério da Saúde, num processo;
- do Ministério Público, em 3 processos;
- do Tribunal de Contas, em 3 processos.

Por último, importa salientar que a IGMSESS recebe exposições, denúncias e reclamações diversas através de duas vias de correio eletrónico: correio institucional e um formulário disponível na página eletrónica do serviço. Recebidas estas comunicações, a Inspeção-Geral procede ao encaminhamento/tratamento das mesmas, regra geral, por via eletrónica.

Durante o ano de 2014, foram recebidas 2.130 exposições (1.701 através do formulário e 429 através do correio institucional), tendo a IGMSESS procedido ao reencaminhamento de

<sup>4</sup> Salvo se tal procedimento for susceptível de causar prejuízo ao rigor, operacionalidade e eficácia da acção, aos interesses legalmente protegidos de terceiros ou estiverem em causa factos com eventual relevância criminal.



86% das situações para o(s) organismos/serviços responsáveis, em 1ª linha, pelo tratamento das matérias expostas.

De todas as exposições recebidas ressalta que a IGMSESS não foi visada, diretamente, em nenhuma delas e que 77,3% das mesmas foram reencaminhadas para o Instituto da Segurança Social, IP.

De salientar a existência de 265 exposições relativas ao subsídio de educação especial que deram origem a um processo administrativo nesta Inspeção-Geral com o objetivo de enquadrar e analisar as problemáticas expostas.

No que concerne às restantes temáticas abordadas, as mais significativas são as relativas às contribuições para a Segurança Social (14,7%), subsídio de desemprego (14,6%) e equipamentos sociais (8,6%).

### **II.8.2. Atividade Planeada**

Durante o ano de 2014 estava prevista, em sede de Plano de Atividades de 2014, a realização de 13 ações de auditoria, 2 sindicâncias e o desenvolvimento de ações de acompanhamento às conclusões e recomendações formuladas em relatórios anteriores.

No que se refere à respetiva execução, conforme Anexo IX, foram concluídas 6 auditorias e 1 sindicância. Foram iniciadas as restantes sete auditorias previstas e a outra sindicância mas não foram concluídas, conforme já referido e justificado.

Em sede de atividade planeada foram ainda concluídas, durante o ano de 2014, cinco ações de auditoria e uma ação de acompanhamento de recomendações referentes ao Plano de 2013.

Face à necessidade de afetar um número muito significativo de recursos humanos às duas sindicâncias, devido às características desta tipologia de intervenção, não foram iniciadas ações de acompanhamento às recomendações formuladas em relatórios elaborados na sequência de auditorias inscritas em Planos de Atividades de anos anteriores.

Relativamente à atividade planeada cujos relatórios foram homologados durante o ano de 2014, as principais deficiências assinaladas foram ao nível (conforme Anexo X):

- Dos sistemas de informação implementados;
- Do cumprimento dos normativos legais aplicáveis;
- Dos pagamentos efetuados a beneficiários/entidades;



- Do acompanhamento da execução de acordos/medidas/prestações/programas.

Face às deficiências detetadas, as principais recomendações formuladas foram (conforme Anexo XI):

- Implementação de melhorias no sistema de controlo interno e nos sistemas de informação/informáticos;
- Uniformização de procedimentos entre as diferentes unidades orgânicas/serviços desconcentrados intervenientes nos processos;
- Emissão/alteração de normativos legais/internos.

No âmbito destes processos foram apurados montantes incorretamente pagos a beneficiários/entidades/trabalhadores de 508 mil euros.

### **II.8.3. Atividade não Prevista**

No ano de 2014 a IGMSESS desenvolveu três intervenções que não estavam previstas no Plano de Atividades:

- 1 processo disciplinar;
- 2 processos de averiguações respeitantes a factos ocorridos em serviços/organismos do MSESS, que envolveram 4 inspetores, num total, em 2014, de 167,5 dias de trabalho, sendo que uma das ações ainda não se encontrava concluída em 31.12.2014, transitando para 2015 a sua finalização;
- 1 processo administrativo ao Subsídio de Educação Especial, na sequência da receção de 265 exposições, tendo resultado na afetação de 18 dias úteis de trabalho.

De salientar que a partir de abril de 2014 a Inspeção-Geral passou a ter a competência para tratar os processos de reclamação dos serviços e equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na sequência do despacho de Sua Excelência o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, de 30.04.2014. Durante o ano foram apreciadas 89 reclamações que implicaram a afetação de um inspetor durante 36 dias úteis de trabalho (cerca de 2 meses).



#### **II.8.4. Publicidade Institucional**

Em cumprimento do nº 10 da Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2010, de 8.06, informa-se que a Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social pagou, no decurso de 2014, em publicidade:

- À empresa Público, Comunicação Social SA - 405,90€;
- À empresa Losango Mágico, Publicações e Publicidade Lda - 115,83€;
- À Empresa Diário de Coimbra, Lda - 98,40€.

Todos os pagamentos decorrem da publicitação obrigatória referente ao desenvolvimento das 2 sindicâncias que foram realizadas em 2014.

#### **II.8.5. Programa de Responsabilidade Social**

A responsabilidade social nas organizações privadas e públicas tem assumido, nos últimos anos, um papel preponderante nos modelos de gestão, uma vez que permite envolver os colaboradores de forma voluntária, incorporando os interesses das partes envolvidas nas estratégias definidas pela organização e na implementação das suas atividades.

O Programa de Responsabilidade Social da Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social foi aprovado pelo despacho n.º 4/IG/2011, de 04/04, do Senhor Inspetor-Geral.

Durante o ano de 2012, por despacho de Sua Excelência o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, datado de 26/04/2012, foi criada a Rede para o Desenvolvimento da Responsabilidade Social no MSESS, designada Rede Por Todos, onde se encontram integrados todos os serviços e organismos do Ministério.

A IGMSESS tem participação ativa nas atividades desenvolvidas pela Rede, procurando, igualmente, manter a sua atividade no âmbito da responsabilidade social ao nível da organização de atividades institucionais.

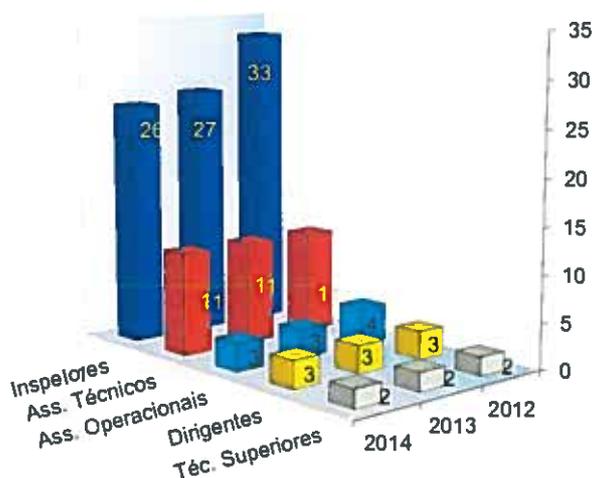
Os indicadores de Responsabilidade Social constam do Anexo XII, salientando-se que a IGMSESS em 2014 desenvolveu uma ação de voluntariado de doação de sangue e participou nas reuniões da rede, bem como nos restantes projetos da Rede (plano e relatório de atividades, diagnóstico de Responsabilidade Social).

### III. Balanço Social

A 31.12.2014, encontravam-se ao serviço da IG um total de 45 efetivos, conforme Balanço Social, que constitui o Anexo XIII<sup>5</sup>.

A evolução dos recursos humanos, por carreira profissional, no triénio 2012-2014 encontra-se refletida no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Evolução do nº de Efetivos por grupo de pessoal



Em 2014, o número de efetivos em funções na IGMSESS diminuiu uma unidade, fruto do regresso de 1 inspetor por fim do exercício de função noutra organização e da saída de 2 inspetores, em mobilidade intercarreiras, por início de funções noutra organização.

Do conjunto de efetivos a exercer funções na Inspeção-Geral, 20 são homens e 25 mulheres, o que representa uma ligeira diminuição da taxa de feminização para os 55,6% (56,5% em 2013). Registou-se, ainda, uma ligeira diminuição da taxa de tecnicidade em sentido lato<sup>6</sup> para 68,9% (69,6% em 2013).

Qualitativamente, os efetivos a prestar serviço na IGMSESS evidenciavam, em 31/12/2014, uma média etária de 50,44 anos (49,17 em 2013) e uma antiguidade média de 23,0 anos

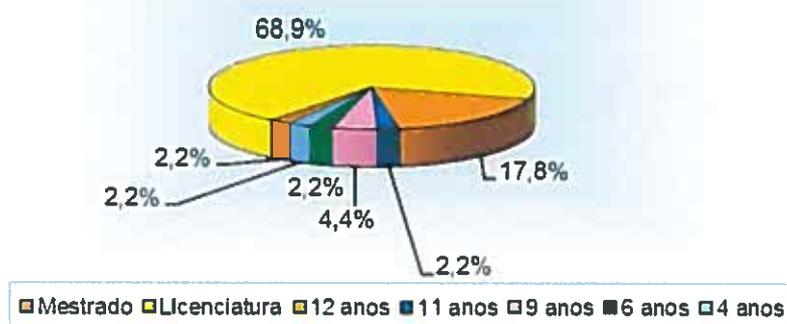
<sup>5</sup> À mesma data encontravam-se a exercer funções fora do organismo 7 trabalhadores, 6 da carreira de inspeção e 1 assistente operacional.

<sup>6</sup> Indicador de tecnicidade (sentido lato) = [(pessoal técnico superior + médico + docente + informático + técnico + técnico profissional) / total de efetivos] \* 100

(21,35 em 2013), sendo de salientar, contudo, que 46,7% dos efetivos têm mais de 50 anos (45,7% em 2012) e nenhum tem menos de 35 anos, conforme quadros do Balanço Social.

A nível de habilitações académicas, a IG apresenta um indicador de formação superior<sup>7</sup> de 71,1% (71,7% em 2013) e a seguinte estrutura habilitacional:

Gráfico 10 - Estrutura Habilitacional



Em 2014, o grau de absentismo situou-se nos 12,8% (7,6% em 2013). Analisada a tipologia das ausências ao trabalho, constata-se que 88,3% das mesmas (face a 50,2% em 2013) ocorreram por motivos de doença, a maioria das quais por ausência prolongada por doença de 4 trabalhadores (86,1%).

Ao nível da formação profissional, em 2014, recorreu-se maioritariamente a ações que não implicaram custos para o organismo (nestas se incluindo a autoformação a cargo dos efetivos), num total de 100 participações em atividades formativas (176 em 2013), conforme quadro *infra*.

Quadro 7 - Participações em Ações de Formação por grupo de pessoal

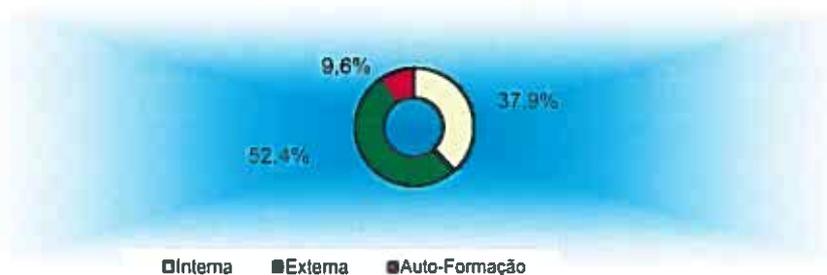
Ações de Formação	Dirigentes	Técnico Superior	Inspeção	Ass. Téc.	Ass. Oper.	TOTAL
<b>Total de Participações</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>78</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>100</b>

<sup>7</sup> Ind. de formação superior = [(bacharelato + licenciatura + mestrado + doutoramento) / total de efectivos] \* 100

As ações de formação com custos para a Inspeção-Geral (360€) envolveram 8 horas de formação, representando 0,45% do total (em 2013, 3.120€, 378 horas e 18,1%).

Durante o ano de 2014, 84,8% dos efetivos participaram em ações de formação, destacando-se o recurso à formação externa (52,4%), designadamente à desenvolvida pela Secretaria-Geral do MESS.

**Gráfico 11 - Volume de formação por tipologia**



As ações de formação frequentadas ocuparam um total de 1.779 horas, abrangendo diversas áreas, com predomínio da área de Segurança e Higiene no Trabalho (43,0%), na sequência da realização de uma ação de formação interna de Primeiros Socorros que envolveu 27 trabalhadores da IG, conforme Anexo XIV.



## IV. Avaliação Final

Considerando tudo o que fica exposto e, particularmente, os resultados alcançados em 2014, ao abrigo do disposto no art. 18º, nºs 1 e 3 da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, proponho que à Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social seja atribuída a menção qualitativa de *Desempenho Bom*, por ter atingido todos os cinco objetivos, superando quatro.

Lisboa, 14 de abril de 2015

O Inspetor-Geral

Paulo Jorge Carvalho de Brito



## V. ANEXOS

**Anexo I - Quadro de Avaliação e Responsabilização da IGMSESS de 2013**

**Anexo II - Mapa sobre o grau das recomendações aceites**

**Anexo III - Listagem de questões sobre Sistema de Controlo Interno**

**Anexo IV - Questionários utilizados no âmbito do artº 62º da Lei de Enquadramento Orçamental**

**Anexo V - Organograma**

**Anexo VI - Plano de Atividades de 2014 - Ações não concluídas**

**Anexo VII - Questionário de satisfação dos trabalhadores**

**Anexo VIII - Resultados do questionário de satisfação dos trabalhadores**

**Anexo IX - Ações realizadas/desenvolvidas em 2014**

**Anexo X - Áreas onde foram detetadas as principais deficiências**

**Anexo XI - Áreas onde foram formuladas as principais recomendações**

**AnexoXII - Programa de Responsabilidade Social - Indicadores**

**Anexo XIII - Balanço Social**

**Anexo XIV - Ações de formação 2014**



## **Anexo I**

### **Quadro de Avaliação e Responsabilização**



## QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2014

Última atualização: 2015/02/24

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

**Missão:** Apreciar a legalidade e regularidade dos atos praticados pelos serviços e organismos do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social ou sujeitos à Tutela do respetivo Ministro, bem como avaliar a sua gestão e os seus resultados, através do controlo de auditoria técnica, de desempenho e financeira

### Objetivos Estratégicos (OE):

OE1 Melhorar os sistemas e procedimentos de controlo interno dos serviços e organismos do M-SESS, contribuindo para a qualidade da despesa pública

OE2 Reforçar a intervenção da IG-M-SESS, através do aumento da eficiência dos recursos

OE3 Aumentar a qualidade das metodologias e dos documentos produzidos

Objetivos Operacionais		Ano 2012 Meta	Ano 2013 Resultado	Ano 2013 Meta	Ano 2014					
					Meta	Tolerância	Valor Líquido	Resultado	Taxa de Realização	
<b>EFICÁCIA</b>					<b>106,4%</b>					
<b>OB1</b>	<b>Ponderação de</b>	<b>50</b>								
Audit os sistemas e procedimentos de controlo interno de serviços/organismos do M-SESS	Ind 1	n.º de auditorias realizadas	11	12	14	10	0	13	11	10,0%
	Peso	100%								
<b>OB2</b>	<b>Ponderação de</b>	<b>50</b>								
Assegurar a monitorização da adoção das recomendações formuladas aos organismos auditados	Ind 2	n.º de solicitações efetuadas relativas a relatórios associados a processos não arquivados e de processos autuados de acompanhamento das recomendações formuladas em relação ao n.º de relatórios associados a processos não arquivados	100,0%	117,9%	100,0%	100,0%	0	125,0%	106,80%	6,8%
	Peso	100%								
<b>EFICIÊNCIA</b>					<b>100,0%</b>					
<b>OB3</b>	<b>Ponderação de</b>	<b>100%</b>								
Minimizar os tempos despendidos na elaboração e revisão dos relatórios provisórios pelas equipas inspetivas nas ações do Plano de Atividades de 2014 da IG	Ind 3	Média da relação entre o n.º de dias afetos pela equipa inspetiva à elaboração e revisão do relatório provisório e o n.º de dias previsto nos planos de ação para elaboração dos referidos relatórios	1,5	1,09	1,4	1,35	0	1,263	1,35	0,0%
	Peso	100%								
<b>QUALIDADE</b>					<b>117,7%</b>					
<b>OB4</b>	<b>Ponderação de</b>	<b>60%</b>								
Garantir a aceitação, pelos organismos auditados, das recomendações formuladas	Ind 4	Valor médio das percentagens de recomendações aceites nas auditorias realizadas	90%	96,6%	90%	90%	0	100%	91,8%	2,0%
	Peso	100%								
<b>OB5</b>	<b>Ponderação de</b>	<b>40%</b>								
Assegurar a valorização profissional dos recursos humanos	Ind 5	Grau de cobertura das ações de formação (medido em função da percentagem de trabalhadores com acesso a ações de formação no ano)	60%	70,6%	60%	60%	0	75%	84,8%	41,3%
	Peso	100%								



**QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2014**

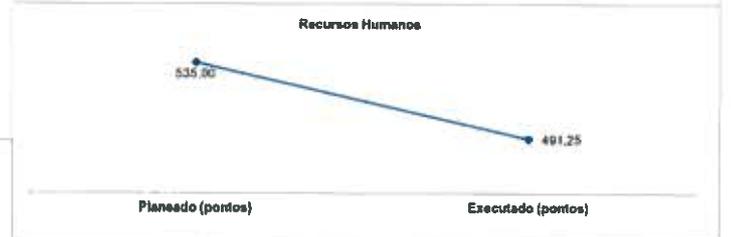
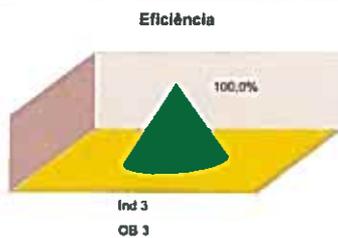
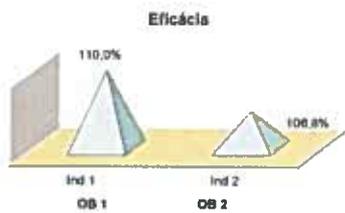
Última atualização: 2015/02/24

**Meios Disponíveis**

Postos / Funções	Planeado	Pontos Planeado	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção Superior	20	60	66	6
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de Equipa	16	48	49	1
Inspetor	12	300	268	-32
Técnico Superior	12	24	23	-1
Assistente Técnico	8	88	71	-17
Assistente Operacional	5	15	15	0
<b>TOTAL</b>		<b>535</b>	<b>491</b>	<b>-44</b>

Função	Planeado (milhares de €)	Realizado	Desvio (milhares de €)
Funcionamento	2.262,00	1965,56	-296,44
Investimento	0,00	0	0

Parâmetros	Eficácia	Eficiência	Qualidade
	40,00	20,00	40,00



**Explicação de fórmulas utilizadas por indicadores**

Indicador 2 - [(n.º de solicitações efetuadas relativas a relatórios associados a processos não arquivados + n.º de processos de acompanhamento de recomendações atuados) / n.º de relatórios homologados associados a processos não arquivados, sendo que só são contabilizados relatórios homologados até 30/09/2014]

Indicador 3 - Média (n.º de dias efetivamente afetos pela equipa inspetiva em cada ação do Plano de Atividades de 2014 / n.º de dias previstos em plano de ação para cada ação do Plano de Atividades de 2014)

Indicador 4 - Média (n.º de recomendações efetuadas em sede de relatório provisório objeto de contraditório aceites pelas entidades auditadas / n.º de recomendações efetuadas em cada relatório provisório objeto de contraditório)

Indicador 5 - n.º de colaboradores que participaram em ações de formação profissional / n.º total de colaboradores a 31/12/2013

**Lista das Fontes de Verificação**

- Objetivo 1 - Sistema Informático de Gestão de Processos
- Objetivo 2 - Sistema Informático de Gestão de Processos
- Objetivo 3 - Sistema Informático de Gestão de Processos
- Objetivo 4 - Mapa de aceitação das recomendações formuladas
- Objetivo 5 - Mapa de ações de formação frequentadas



## **Anexo II**

### **Grau de recomendações aceites**



INSPEÇÃO GERAL  
DO MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO  
E SEGURANÇA SOCIAL

N.º	Tipo	Título	N.º Relatório	Data de Despacho IG	Data de envio Gabinete MSSS	Data de Homologação	N.º de Recomendações Inscribas em Relatório Previsório	N.º de Recomendações Acertadas	%
30/2013	ACOMP	Recomendações da Auditoria afetuada ao Sistema a aos Procedimentos de Controlo dos Acordos de Coop.	02/2014	27/03/2014	28/03/2014		3	3	100%
23/2013	AUD	Aos Apolos Concedidos pela SS ao CCD da Seg. S. LVT, Cooperativa Consumo Trab. Seg Social, CRL e a	05/2014	15/07/2014	15/07/2014	23/07/2014	17	13	76,5%
32/2013	ACOMP	Recomendações da Auditoria Efeituada ao Sistema da Gestão das Rendas do Imobilizado da Segurança S	07/2014	29/09/2014	30/09/2014	11/11/2014	11	11	100%
07/2013	AUD	Aos apoios concedidos pela Segurança Social ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Seg	08/2014	03/12/2014	04/12/2014	30/12/2014	20	16	80%
07/2014	AUD	Ao Complemento Solidário para Idosos no Distrito de Santarém	09/2014	28/10/2014	28/10/2014	01/12/2014	9	8	89%
22/2013	AUD	Aquisição de Bens e Serviços no Instituto da Segurança Social	11/2014	17/12/2014	18/12/2014	03/03/2015	19	18	95%
05/2014	AUD	Ao Complemento Solidário para Idosos no Distrito do Porto	12/2014	15/12/2014	16/12/2014	30/12/2014	8	8	100%
03/2014	AUD	As Contraordenações Laborais	13/2014	31/12/2014	05/01/2015		10	10	100%
24/2013	AUD	Aos Apolos Concedidos pela Seg. Social á Obra Diocesana da Promoção Social - Porto	14/2014	15/12/2014	16/12/2014	06/01/2015	10	8	80,0%
19/2013	AUD	Ao Departamento da Fiscalização do Instituto da Segurança Social	15/2014	30/12/2014	05/01/2015	13/01/2015	12	11	91,7%
06/2014	AUD	Ao Complemento Solidário Para Idosos - Distrito da Viseu	16/2014	15/12/2014	16/12/2014	30/12/2014	8	8	100%
08/2014	AUD	Aos Estágios Profissionais/Emprego	18/2014	31/12/2014	05/01/2015	26/02/2015	12	12	100%
04/2014	AUD	Pensões da Sobrevivência do Regime Especial da Segurança Social das Atividades Agrícolas	19/2014	31/12/2014	05/01/2015	03/03/2015	11	9	82%

Média

91,8%



## **Anexo III**

### **Listagem de questões sobre Sistema de Controlo Interno**

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
<b>1 – Ambiente de controlo</b>				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			<p>Estão instituídos procedimentos de controlo que se encontram assimilados pelos serviços e funcionários, sendo colocados em prática no exercício das funções, existindo mecanismos de acompanhamento e monitorização dos procedimentos, o que permite a existência de um ambiente de controlo adequado ao regular e normal funcionamento e exercício das atribuições que estão cometidas à IGMSESS.</p> <p>Os procedimentos relativos à execução dos orçamentos são objeto de controlo mensal pela DGO. Tendo em vista o prosseguimento de uma estratégia de contenção de despesas e do seu controlo rigoroso, todas as despesas são autorizadas exclusivamente por um dos elementos da Direção. Assim, apenas são realizadas as despesas estritamente necessárias ao desenvolvimento da atividade da IGMSESS.</p> <p>Na IGMSESS não existe um serviço com funções de controlo e auditoria interna. Existem manuais de conduta e de ética e procedimentos.</p> <p>Foram disponibilizadas e realizadas diversas ações de formação, quer por iniciativa do trabalhador (autoformação<sup>1</sup>), quer promovidas pela IGMSESS, das quais se destacam as promovidas pela Secretaria-Geral do MSESS. Em média foram recebidas 38 horas de formação por trabalhador.</p> <p>Não existem dirigentes intermédios na IGMSESS. Contudo, ao nível do Centro de Competências de Inspeção são realizadas reuniões mensais com os chefes de equipa multidisciplinares e são estabelecidos contactos regulares/ frequentes.</p>
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
<b>2 – Estrutura organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			O Diploma Orgânico encontrava-se integralmente regulamentado e refletido no organigrama da IGMSESS.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			X	Só será realizada em 2015 nos termos da lei.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			84,8%
<b>3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existiam despachos de delegação de competências e de assinaturas, nomeadamente no que se refere às competências relativas à realização de despesas, gestão financeira e patrimonial e à gestão de pessoal.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			

<sup>1</sup> Muitas das vezes impulsionada pela IGMSESS.

3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?

X

No âmbito dos procedimentos de aquisição centralizados pela Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do MSESS, têm sido elaborados, anualmente, planos de compras tendo em vista responder às solicitações efetuadas. Considerando o valor global despendido anualmente e os montantes destinados a essas aquisições e a encargos fixos decorrentes de contratos estabelecidos, cujo controlo é permanente, o nível de aquisições realizadas pela Inspeção-Geral tem uma natureza residual.

3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?

X

Ao nível das despesas/ património as operações de autorização / aprovação / execução / registo / custódia encontram-se definidas e são realizadas de forma a existir um controlo das mesmas, atendendo, essencialmente, a uma adequada segregação de funções.

3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?

X

Foram exarados Despachos que visam disciplinar e informar os colaboradores sobre matérias relativas ao funcionamento da IGMSESS e às tarefas cometidas a cada um.

3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?

X

O circuito documental (correspondência e processos de inspeção) encontra-se suportado por uma aplicação, existindo estatísticas mensais e de controlo da situação processual.

3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?

X

Estão definidas regras de forma a potenciar a garantia do registo tempestivo de todos os dados referente aos documentos entrados/ recebidos na IGMSESS. Existe um circuito documental definido, sendo do conhecimento dos colaboradores as tarefas a realizar.

3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?

X

Aprovado de acordo com o legalmente exigido.

3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?

X

O plano foi monitorizado de forma sistemática e regular, tendo sido implementado medidas que previnem a ocorrência de efetivos fenómenos de corrupção no âmbito da atividade da IGMSESS, as quais estavam previstas no plano em apreço.

#### 4 – Fiabilidade dos sistemas de informação

4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?

X

A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e software é assegurada pelo Instituto de Informática do Ministério e através de backup's. As aplicações existentes são as disponibilizadas pelo Ministério das Finanças – GeRFIP, SRH e SIGO.

4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?

X

Os sistemas de informação financeira e de recursos humanos utilizados são disponibilizados pela Direção-Geral do Orçamento, existindo mecanismos de garantia de fiabilidade da informação.

4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?

X

Os sistemas de informação financeira e de recursos humanos utilizados são disponibilizados pela Direção-Geral do Orçamento, existindo mecanismos de garantia de fiabilidade da informação.

4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?

X

4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?

X

4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?

X

4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?

X

O circuito documental e informacional (contabilidade, orçamental, patrimonial, correspondência e processos de inspeção) encontram-se suportados por várias aplicações informáticas, existindo estatísticas mensais e de controlo da situação processual que permitem a monitorização da informação com vista à tomada de decisões. Acresce que existe informação semanal relativa à atividade inspetiva que permite um controlo rigoroso da execução das ações e a adoção de medidas sempre que se revele necessário.

Através do Instituto de Informática.

A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e software é assegurada pelo Instituto de Informática e através de backup's.

A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e software é assegurada pelo Instituto de Informática e através de backup's.

Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação.  
Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.



## **Anexo IV**

**Questionários no âmbito do artº 62º da LEO**

**Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira  
do Estado**

Área		Preparado por SS	___/___/___	Ref.º
AC		Revisto por PB	___/___/___	

**AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO**

**AC - Ambiente de controlo**

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
<b>AC1</b>	<b>Integridade e ética</b>						
<b>1.1</b>	<b>Carta de missão</b>						
1.1.1	Está formalizada carta de missão, contrato-programa e/ou contrato de gestão com a tutela?	X					
1.1.2	Estão formalizadas cartas de missão/objectivos para os dirigentes?	X					
1.1.3	É efetuada a sua monitorização?	X					
<b>1.2</b>	<b>Código de ética</b>						
1.2.1	Existem evidências quanto a uma valorização de valores éticos e Integridade, designadamente, a existência de:	X					
1.2.1.1	... um código de conduta formalizado?	X				As regras de conduta estão inscritas no Manual de Procedimentos da Atividade de Missão da IGMSESS, aprovado em 07/2011 e revisto em 07/2013.	
1.2.1.2	... devidamente divulgado?	X					
1.2.2	Não existem dirigentes/funcionários com acumulação de funções privadas e que prestem serviços ao próprio organismo?	X				Não se verificam situações de acumulação de funções na IGMSESS	
<b>1.3</b>	<b>Cultura organizacional</b>						
1.3.1	Existem evidências de ações de promoção de uma cultura de controlo e de racionalidade na utilização de bens e serviços públicos?	X					
1.3.2	Existem evidências de medidas de reação e sanção a comportamentos que lesam a organização e/ou o interesse público?	X					
<b>1.4</b>	<b>Gestão do risco</b>						
1.4.1	Está criado um grupo de trabalho para esta temática?		X				
1.4.2	Existem planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas?	X					
1.4.3	Esses planos foram enviados aos órgãos de controlo setorial do respetivo ministério (i.e. Inspeções-gerais)?			X		O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da IGMSESS foi remetido ao Tribunal de Contas	
1.4.4	Estão definidos mecanismos de prevenção e combate à fraude e corrupção?	X					
1.4.5	O sistema de gestão de riscos integrado:	X					
1.4.5.1	...encontro-se implementado?	X					
1.4.5.2	...é feita a sua monitorização?	X				São elaborados relatórios anuais	
1.4.5.3	...é desenvolvido o seu avaliação?	X					
1.4.5.4	...são corrigidos procedimentos?	X				Se necessário	
1.4.6	Estão identificadas as diferentes fontes de risco (acidentes/perdas/fraude e corrupção):	X					
1.4.6.1	...para o cliente/utente?					Para a identificação dos riscos foram identificadas as áreas de atividade da IGMSESS, tendo sido de escritas, em cada uma delas as atividades onde se considera existir risco de corrupção/infrações conexas, identificando a tipologia de risco e classificando o mesmo quanto à sua intensidade (reduzida, moderada, elevada)	
1.4.6.2	...para a Instituição (folhas de organização, segurança, etc.)?						
1.4.6.3	...para o colaborador?						
1.4.6.4	...para o fornecedor/outras intervenientes?						
1.4.7	Quanto aos riscos:						
1.4.7.1	...estão hierarquizados por frequência/provabilidade?	X					
1.4.7.2	...está feita a sua quantificação?	X					
1.4.7.3	...estão identificadas as suas verdadeiras causas?	X					
<b>AC2</b>	<b>Estratégia e operacionalização das atividades</b>						
<b>2.1</b>	<b>Planeamento</b>						
2.1.1	A atividade do organismo é objeto de planeamento mediante a elaboração de:						
2.1.1.1	...planos estratégicos?	X					

Área <b>AC</b>	 <b>Conselho Coordenador</b> Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS <u>    </u> / <u>    </u> / <u>    </u> Revisto por PB <u>    </u> / <u>    </u> / <u>    </u>	Ref.º
-------------------	---	--	-------

**AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO**

**AC - Ambiente de controlo**

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
2.1.1.2	...planos de atividade?	X					
2.1.1.3	...foram submetidos à respetivo tutelado?	X					
2.1.2	Os planos de atividades foram elaborados de acordo com os planos estratégicos?	X					
2.1.3	São oportunamente elaborados e são consistentes com o orçamento aprovado?	X					
2.1.4	Estão adequadamente formalizados:	X					
2.1.4.1	...o missão do organismo?	X					
2.1.4.2	...os valores do organismo?	X					
2.1.4.3	...o visão do organismo?	X					
2.1.5	Os instrumentos de planeamento refletem o diploma orgânico?	X					
2.1.6	Resultaram de um processo participado?	X				É solicitada a colaboração dos colaboradores da IG para a elaboração do plano de atividades, sendo as suas sugestões analisadas e ponderadas na definição das ações integradas no mesmo.	
2.1.7	Estão divulgados (ex: site do organismo) e são reconhecidos pela organização?	X				Os planos de atividade são divulgados e reconhecidos pelos colaboradores	
2.1.8	Os planos estratégicos são objeto de revisão?	X					
2.1.9	O organismo promove a avaliação da sua actividade nos termos actualmente previstos em lei?	X					
2.1.10	Se aplicável o QUAR:						
2.1.10.1	...foi elaborado?	X					
2.1.10.2	...foi aprovado pelo tutelado?	X					
2.1.10.3	...está publicitado?	X					
<b>2.3</b>	<b>Monitorização</b>						
2.3.1	A atividade do organismo é objecto de monitorização mediante a elaboração de:						
2.3.1.1	...relatórios internos?	X				São efetuados reportes periódicos de monitorização	
2.3.1.2	...relatórios o organismos com competências de acompanhamento da atividade?			X			
2.3.2	O organismo desenvolve ações de Inversão de desvios negativos?	X				Se necessário	
2.3.3	Relatórios de atividades:						
2.3.3.1	...são produzidos relatórios das atividades desenvolvidas?	X					
2.3.3.2	...resultam da participação das várias unidades orgânicas?	X					
2.3.3.3	...traduzem adequadamente o atividade desenvolvido no ano?	X					
2.3.3.4	...são elaboradas em tempo oportuno?	X					
2.3.3.5	...estão publicitados (ex: no site do organismo)?	X					
<b>AC3</b>	<b>Estrutura organizacional e sistema de informação</b>						
<b>3.1</b>	<b>Organização</b>						
3.1.1	Organograma:						
3.1.1.1	...o organismo possui organograma?	X				O organograma encontra-se publicitado no site da IG/ISESS	
3.1.1.2	...este reflete corretamente o orgânico aprovado?	X					
3.1.2	A estrutura organizativa:						
3.1.2.1	...permite que o organismo atinja os objetivos de gestão definidos?	X					
3.1.2.2	...prevê um número limitado de níveis hierárquicos?	X					
3.1.2.3	...responde satisfatoriamente à evolução do atividade do organismo?	X					
3.1.2.4	...está adoptado às condições humanas e materiais do organismo?	X					

Área	 <b>Conselho Coordenador</b> Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS	___/___/___	Ref.º
AC		Revisto por PB	___/___/___	

**AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO**

**AG - Ambiente de controlo**

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
<b>3.2</b>	<b>Comunicação interna</b>						
3.2.1	São reconhecidos e formalizados os fluxos de informação e comunicação interserviços?	X					
3.2.2	O processo de tomada de decisões está formalizado e é reconhecido pela organização?	X					
3.2.3	O processo está descentralizado?	X					
3.2.4	Existem contactos regulares entre a alta direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X					
<b>3.3</b>	<b>Sistema de informação</b>						
3.3.1	Os circuitos de documentos:						
3.3.1.1	...estão claramente definidos?	X					
3.3.1.2	...essa definição é expresso?	X					
3.3.2	Toda a documentação entrada e saída da entidade é objeto de registo e classificação?	X				É utilizado a solução de gestão documental e processual SmartDocs	
3.3.3	Os documentos são pré-numerados e processados por computador?	X					
<b>AC4</b>	<b>Delegação de autoridade e responsabilidade</b>						
<b>4.1</b>	<b>Regulamentação orgânica</b>						
4.1.1	O diploma orgânico encontra-se integralmente regulamentado?	X					
<b>4.2</b>	<b>Delegação de competências</b>						
4.2.1	Estão definidas, formalizadas e publicitadas delegações de competências ao nível do órgão de gestão?	X					
4.2.2	A competência para autorização da despesa está claramente definida?	X					
<b>4.3</b>	<b>Cumprimento de objectivos</b>						
4.3.1	A estrutura implementada e as regras de funcionamento instituídas garantem o cumprimento dos objectivos da gestão?	X					
<b>4.4</b>	<b>Cumprimento de deliberações</b>						
4.4.1	A estrutura implementada e as regras de funcionamento instituídas garantem o cumprimento das deliberações do órgão de gestão?	X					
4.4.2	No caso de existirem órgãos colegiais é garantido o cumprimento das deliberações desses órgãos e do disposto nos respectivos estatutos?				X		
<b>4.5</b>	<b>Responsabilidades</b>						
4.5.1	Existe um reconhecimento imediato das responsabilidades, autoridade e delegação no seio do organismo?	X					
4.5.2	Existem normas de competência para cada unidade funcional?	X					
4.5.3	As tarefas/atividades de cada unidade orgânica apresentam-se descritas de forma clara e detalhada?	X					
4.5.4	As responsabilidades funcionais pela realização das diferentes tarefas, conferências e controlos orçamentais:						
4.5.4.1	...estão claramente definidos?	X					
4.5.4.2	...essa definição é expresso?	X					
4.5.5	Os processos administrativos internos, informações, despachos que sobre eles foram exarados, bem como os documentos do sistema contabilístico:						
4.5.5.1	...identificom de formo bem legível os dirigentes, funcionários e agentes seus subscritores?	X					
4.5.5.2	...o qualidade em que o fazem?	X					
<b>AC5</b>	<b>Políticas de recursos humanos</b>						
<b>5.1</b>	<b>Políticas de recrutamento</b>						

Área	 <b>Conselho Coordenador</b> Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS	___/___/___	Ref.º
AC		Revisto por PB	___/___/___	

**AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO**

**AC - Ambiente de controlo**

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
5.1.1	Estão concebidas políticas de recrutamento?	X					
5.1.1.1	... <i>devidamente formalizadas?</i>		X				
5.1.1.2	... <i>estão implementadas?</i>	X					
5.1.2	As políticas foram desenvolvidas num quadro de equilíbrio e de rigoroso controlo:						
5.1.2.1	... <i>de acordo com o planeamento estratégico?</i>	X					
5.1.2.2	... <i>têm em conta os princípios de transparência e equidade?</i>	X					
5.1.3	Existem normas ou procedimentos que garantam a aprovação pela Direcção de todas as matérias inerentes à supervisão financeira em matéria de recrutamento?	X					
<b>5.2</b>	<b>Políticas de formação</b>					De acordo com o previsto na Lei Orgânica do MSES, a IGMSES foi objeto de reestruturação, tendo, a partir de fevereiro de 2014, as suas atribuições nos domínios de recursos humanos, formação profissional nas áreas transversais, negociação e aquisição de bens e serviços, financeiro e patrimonial sido integradas na Secretaria Geral do MSES.	
5.2.1	Estão concebidas políticas de formação?	X					
5.2.1.1	... <i>devidamente formalizadas?</i>		X				
5.2.1.2	... <i>estó implementadas?</i>	X					
5.2.2	As políticas foram desenvolvidas num quadro de equilíbrio e de rigoroso controlo:						
5.2.2.1	... <i>de acordo com o planeamento estratégico/plano de atividades?</i>	X					
5.2.2.2	... <i>têm em conta os princípios de transparência e equidade?</i>	X					
5.2.3	Existem normas ou procedimentos que garantam a interligação entre a formação e a atividade desenvolvida?	X					
<b>5.3</b>	<b>Avaliação do desempenho</b>						
5.3.1	Estão concebidas políticas de avaliação de desempenho:					A avaliação de desempenho é efetuada de acordo com os princípios definidos pelo SIADAP	
5.3.1.1	... <i>devidamente formalizados?</i>	X					
5.3.1.2	... <i>estão implementadas?</i>	X					
5.3.2	As políticas foram desenvolvidas num quadro de equilíbrio e de rigoroso controlo:						
5.3.2.1	... <i>de acordo com os resultados do atividade desenvolvido?</i>	X					
5.3.2.2	... <i>têm em conta os princípios de transparência e equidade?</i>	X					
5.3.3	Existem normas ou procedimentos que garantam o acolhimento pela Direcção de todas as matérias inerentes à avaliação do desempenho?	X					
<b>AC6</b>	<b>Controlo e supervisão</b>						
<b>6.1</b>	<b>Estrutura e funções de controlo</b>						
6.1.1	Existe um director financeiro ou equivalente?			X		A IGMSES não tem chefias intermédias nesta área. Conforme foi solicitado no ponto 5.2, do questionário, as competências no domínio financeiro e patrimonial foram integradas na SGMSES, a por esse via tem o apoio o diretor financeiro da SG.	
6.1.2	Auditor interno:			X			
6.1.2.1	... <i>existe auditor interno?</i>						
6.1.2.2	... <i>depende directamente do órgão de gestão (garantia da sua independência)?</i>						
6.1.2.3	... <i>desenvolve o sua atividade conforme o estabelecido?</i>						
6.1.3	Fiscal único:			X			
6.1.3.1	... <i>o organismo tem fiscal único (caso esteja consagrado legalmente ou previsto no seu lei orgânica)?</i>						

Área		Preparado por SS	___/___/___	Ref.º
AC		Revisto por PB	___/___/___	

**AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO**

**AC - Ambiente de controlo**

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
6.1.3.2	...existe evidência do implementação das recomendações formulados?						
6.1.4	Para além destes, existem outros órgãos internos com funções de planeamento, auditoria ou controlo interno:						
6.1.4.1	...formalmente constituídos?						
6.1.4.2	...com evidências do sua atividade?						
6.1.4.3	...com garantia de análise das suas recomendações?						
6.1.4.4	...e com evidências do sua implementação?						
6.1.5	Auditoria externa:						
6.1.5.1	...o organismo é auditado por entidades externas?		x				
6.1.5.2	...garante-se o análise das recomendações formulados?		x				
6.1.5.3	...existe evidência do sua implementação?		x				
<b>6.2</b>	<b>Procedimentos formalizados</b>						
6.2.1	Existe um sistema de controlo interno global:						
6.2.1.1	...devidamente formalizado?						
6.2.1.2	...está implementado?						
6.2.2	Normas ou procedimentos que garantam a aprovação pela Direção de todas as matérias inerentes à estratégia:						
6.2.2.1	...existem?		x				
6.2.2.2	...verifica-se o sua adoção?		x				
6.2.3	Normas ou procedimentos que garantam a aprovação pela Direção de todas as matérias inerentes à supervisão financeira:						
6.2.3.1	...existem?		x				
6.2.3.2	...verifica-se o sua adoção?		x				
<b>AC7</b>	<b>Prestação de contas</b>						
<b>7.1</b>	<b>Sistema de informação contabilístico</b>						
7.1.1	Os registos e informação contabilística:						
7.1.1.1	...são adequadamente suportados e aprovados?		x				
7.1.1.2	...são objeto de revisão/supervisão?		x				
7.1.1.3	...qualquer mudança de critério o introduzir no preparação do informação financeiro é submetido o aprovação de entidade competente?		x				
7.1.1.4	...o informação está disponível em tempo oportuno?		x				
7.1.1.5	...o informação está disponível de forma atualizado?		x				
7.1.1.6	...o informação permite o elaboração e acompanhamento de indicadores de gestão?		x				
7.1.1.7	...os informações contabilísticos são elaborados mensalmente?		x				
7.1.1.8	...os saldos contabilísticos constantes dos outputs são verificados periodicamente?		x				
7.1.2	A aplicação de gestão financeira está integrada (e de forma permanente) com os demais aplicativos existentes, na disponibilização e cruzamento de informação financeira?		x				
<b>7.2</b>	<b>Cumprimento dos requisitos legais</b>						
7.2.1	Foram cumpridas as instruções do Tribunal de Contas quanto à organização e documentação das contas/conta de gerência (previstos nas instruções para os diferentes planos setoriais)?		x				
7.2.2	Os documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com o estabelecido pelo POCP (ou planos setoriais), ou outras normas contabilísticas aplicáveis?		x				
7.2.3	Os documentos de prestação de contas são elaborados e remetidos dentro dos termos e prazos legais:						

Área	 <b>Conselho Coordenador</b> Sistema de Controlo interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS	___/___/___	Ref.º
AC		Revisto por PB	___/___/___	

**AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO**

**AC - Ambiente de controlo**

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
7.2.3.1	...à Tutela e ao Ministério das Finanças?	X					
7.2.3.2	...ao Tribunal de Contas?	X					
7.2.3.3	...à DGO?	X					
7.2.4	É prestada informação à DGO sobre a dívida comercial, designadamente mediante o carregamento de dados no mapa do SIGO criado para o efeito?	X					
7.2.5	Procede à prestação de Informação nos termos das circulares da DGO, mantendo atualizados os dados relativos a encargos plurianuais?	X					
7.2.6	Em investimentos financeiros:			X			
7.2.6.1	...as participações detidas constam do mapa de imobilizações (anexo ao balanço e à demonstração de resultados e parte da documentação a remeter ao Tribunal de Contas)?						
7.2.6.2	...foi cumprido o dever de informação, no que respeita aos elementos que constituem o património financeiro, de acordo com as instruções aprovadas pelo Tribunal de Contas?						
<b>7.3</b>	<b>Demonstrações financeiras</b>						
7.3.1	Os documentos de prestação de contas são aprovados pelo órgão de gestão dentro dos prazos legais?	X					
7.3.2	As contas são certificadas por revisor oficial de contas?			X			
7.3.3	Nos seus pareceres, o revisor oficial de contas não tece considerações negativas sobre a fiabilidade e veracidade da informação financeira do organismo?			X			
7.3.4	Foi dado cumprimento às competências do Fiscal Único (quando aplicável)?			X			
7.3.5	No reporte mensal/trimestral da execução orçamental, existe qualidade na informação reportada nessa base periódica?	X					
7.3.6	Esse reporte periódico é acompanhado pelo relatório do órgão de gestão/fiscalização?			X			
7.3.7	O mapa de fluxos de caixa é coincidente com o mapa da conta de gerência?	X					
7.3.8	Os mapas de prestação de contas:						
7.3.8.1	...refletem de forma verdadeiro e apropriado a execução orçamental do receita e despesa?	X					
7.3.8.2	...o informação é coerente com as balancetes analíticos ao nível do receita e do despesa?	X					
7.3.9	Existem responsabilidades atribuídas quanto à obtenção de informação e dados anexos à prestação de contas?	X					
7.3.10	Não se verificam erros de contabilização materialmente relevantes pela incorreta aplicação de critérios contabilísticos?	X				Não se verificam erros.	
7.3.11	Os registos contabilísticos e outros elementos utilizados na informação financeira constante da prestação de contas, resumem de forma adequada os factos económicos ocorridos ao longo do ano?	X					
7.3.12	Os mapas da execução orçamental refletem de forma fidedigna a execução orçamental do organismo?	X					
7.3.13	O organismo adota procedimentos que:						
7.3.13.1	...permitem um reporte atualizado sobre o evolução do despesa face ao orçamentado?	X					
7.3.13.2	...justifiquem desvios e/ou variações significativos?	X					
7.3.14	Foram seguidos os procedimentos relativos ao encerramento de contas:						
7.3.14.1	...no contabilidade orçamental?	X					

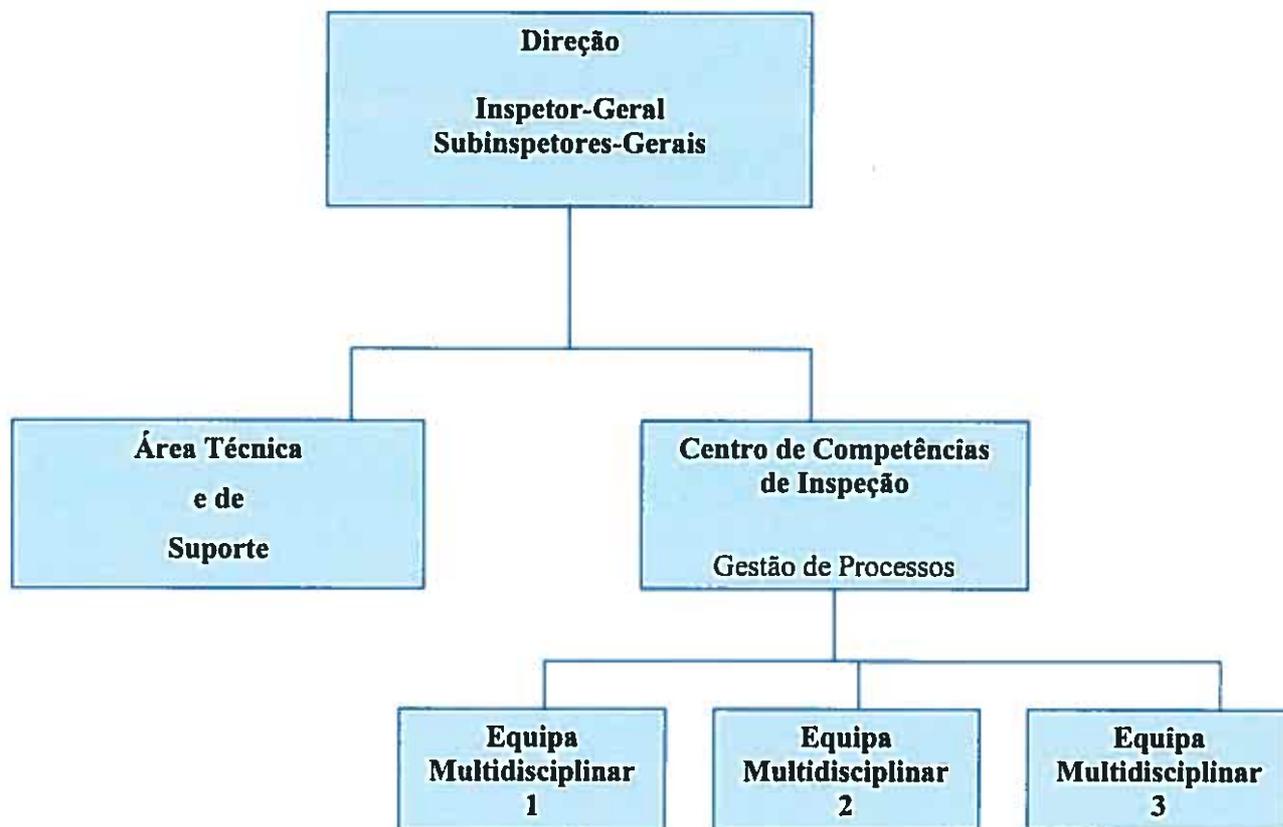
Área	 <b>Conselho Coordenador</b> Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS	___/___/___	Ref.º
AC		Revisto por PB	___/___/___	

**AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO**

**AC - Ambiente de controlo**

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
7.3.14.2	...na contabilidade patrimonial?	X					
7.3.14.3	...foi efetuado o contagem físico e presencial dos valores em cofre?	X					
7.3.14.4	...é utilizado o conta 118 para regista das movimentas das fundas de maneiio da instituição?	X				O regista das movimentas de fundo de maneiio é efetuado em GerFIP	
7.3.14.5	...no final do ano é encerrado o conta 118 (restituição/regularização)?	X					
7.3.15	Foram seguidos os procedimentos relativos à abertura das contas:						
7.3.15.1	...na contabilidade orçamental?	X					
7.3.15.2	...na contabilidade patrimonial?	X					

## Anexo V - Organograma 2014





## **Anexo VI**

### **Plano de Atividades - Ações não concluídas**



CRONOGRAMA DAS AÇÕES DO PLANO DE ATIVIDADES DA IGMSESS PARA 2014

N.º de ordem	Ação	DUI	Janaria	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1	Sindicância à Associação Mutualista "Providência Portuguesa - Associação Mutualista"	480	CONCLUÍDA											
2	Sindicância à Associação Mutualista "União Mutualista Nossa Senhora da Conceição - Monjuiz"	600	EM CURSO EM 31.12.2014											
3	Auditoria às Contraordenações Laborais	210	CONCLUÍDA											
4	Auditoria às pensões de sobrevivência do Regime Especial dos Trabalhadores Agrícolas	210	CONCLUÍDA											
5	Auditoria ao CSI no distrito do Porto	140	CONCLUÍDA											
6	Auditoria ao CSI no distrito de Viseu	140	CONCLUÍDA											
7	Auditoria ao CSI no distrito de Santarém	140	CONCLUÍDA											
8	Auditoria à inserção de beneficiários do RSI no distrito de Lisboa	140	EM CURSO EM 31.12.2014											
9	Auditoria às pensões indempnemente pagas	140	EM CURSO EM 31.12.2014											
10	Auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento - IEFP (Área das despesas com pessoal)	210	EM CURSO EM 31.12.2014											
11	Auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento - DGSS	140	EM CURSO EM 31.12.2014											
12	Auditoria à Contratação Pública - IGFSS	210	EM CURSO EM 31.12.2014											
13	Auditoria aos Estágios Profissionais/Emprego	240	CONCLUÍDA											
14	Auditoria à criação do próprio emprego com recurso ao montante global das prestações de desemprego	180	SUSPENSA											
15	Auditoria aos apoios concedidos pela Segurança Social à Santa Casa da Misericórdia de Oeiras	210	EM CURSO EM 31.12.2014											
16	Ações de Acompanhamento às conclusões e recomendações formuladas em relatórios anteriores													
17	Atividade Reativa e Outra													
Recursos envolvidos nas ações propostas (em DUI - Dia útil inspetor)		3390												



## **Anexo VII**

### **Questionário de satisfação dos colaboradores**

## Questionário de satisfação para colaboradores

Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e  
Segurança Social  
Janeiro 2015

### Instruções de resposta ao questionário:

Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo como o colaborador perceciona a IGMSESS de modo a aferir o grau de satisfação com esta e de motivação sobre as atividades que desenvolve.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim é possível apostar numa melhoria contínua.

**Não há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O tratamento deste, por sua vez, é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é respeitado.

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

### 1. Satisfação global dos colaboradores com a organização

Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Imagem da IGMSESS						
Desempenho global da IGMSESS						
Papel da IGMSESS na sociedade						
Relacionamento da IGMSESS com os cidadãos e a sociedade						
Forma como a IGMSESS gere os conflitos de interesses						
Nível de envolvimento dos colaboradores na IG e na respetiva missão.						
Envolvimento dos colaboradores nos processos de tomada de decisão						
Envolvimento dos colaboradores em atividades de melhoria						
Mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e dirigentes						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

### 2. Satisfação com a direção e sistemas de gestão

Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Aptidão da liderança para conduzir a IG <i>(estabelecer objetivos, afetar recursos, monitorizar o andamento dos projetos...)</i>	Direção					
	Chefes de Equipa					
Aptidão da direção para comunicar	Direção					
	Chefes de Equipa					
Forma como o sistema de avaliação do desempenho em vigor foi implementado						
Forma como os objetivos individuais e partilhados são fixados						
Forma como a IG recompensa os esforços individuais						
Forma como a IG recompensa os esforços de grupo						
Atitude da IG perante a mudança e a modernização						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

### 3. Satisfação com as condições de trabalho

Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Ambiente de trabalho						
Modo como a IG lida com os conflitos, queixas ou problemas pessoais						
Horário de trabalho						
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais						
Possibilidade de conciliar o trabalho com assuntos relacionados com a saúde						
Igualdade de oportunidades para o desenvolvimento de novas competências profissionais						
Igualdade de oportunidades nos processos de promoção						
Igualdade de tratamento na IG						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

### 4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira

Satisfação com...	Grau de Satisfação					O que falta para que o seu grau de satisfação seja 5?
	1	2	3	4	5	
Política de gestão de recursos humanos existente na IG						
Oportunidades criadas pela IG para desenvolver novas competências						
Ações de formação que realizou até ao presente						
Mecanismos de consulta e diálogo existentes na IG						
Nível de conhecimento que tem dos objetivos da organização						

1 = Muito desmotivado, 2 = Desmotivado, 3 = Pouco Motivado, 4 = Motivado e 5 = Muito Motivado

### 5. Níveis de motivação

Motivação para...	Grau de Motivação					O que falta para que o seu grau de motivação seja 5?
	1	2	3	4	5	
Aprender novos métodos de trabalho						
Desenvolver trabalho em equipa						
Participar em ações de formação						
Participar em projetos de mudança na IG						
Sugerir melhorias						

C= Concordo; D= Discordo  
 1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

### 6. Satisfação com o estilo de liderança\*

Satisfação com...	Concordo	Discordo	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
			1	2	3	4	5	
<b>A direção de topo...</b>								
Lidera através do exemplo								
Demonstra empenho no processo de mudança								
Aceita críticas construtivas								
Aceita sugestões de melhoria								
Delega competências e responsabilidades								
Estimula a iniciativa das pessoas								
Encoraja a confiança mútua e o respeito								
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança								
Promove ações de formação								
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas								
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa								
Satisfação com...	Concordo	Discordo	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
			1	2	3	4	5	
<b>O Chefe de Equipa Multidisciplinar...</b>								
Lidera através do exemplo								
Demonstra empenho no processo de mudança								
Aceita críticas construtivas								
Aceita sugestões de melhoria								
Delega responsabilidades								
Estimula a iniciativa das pessoas								
Encoraja a confiança mútua e o respeito								
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança								
Promove ações de formação								
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas								
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa								

\* Este quadro tem dois objetivos: serve para complementar o diagnóstico do subcritério 1.3 (Fase Executar), uma vez que questiona os colaboradores sobre a existência de um conjunto de práticas de liderança (coluna Concordo e Discordo). Por outro lado, em relação ao mesmo subcritério, avalia o grau de satisfação dos colaboradores com o estilo de liderança (Fase Rever). O resultado do tratamento dos dados relativamente a este quadro deve ser integrado no diagnóstico do subcritério 1.3.

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

### 7. Satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos

Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Equipamentos informáticos disponíveis						
Software disponível						
Equipamentos de comunicação disponíveis						
Condições de higiene						
Condições de segurança						

**Muito obrigado pela sua colaboração.**



## **Anexo VIII**

### **Resultados do questionário de satisfação dos colaboradores**



Setislação com...	1 - muito insatisfeito	2 - insatisfeito	3 - pouco satisfeito	4 - satisfeito	5 - muito satisfeito	Sem opinião	Questionários	
<b>1. Satisfação global dos colaboradores com a organização</b>								
Imagem de IGMSESS			5	9	3		17	
Desempenho global da IGMSESS			4	9	4		17	
Papel de IGMSESS na sociedade		1	3	10	2	1	17	
Relacionamento de IGMSESS com os cidadãos e a sociedade		1	4	11		1	17	
Forma como a IGMSESS gere os conflitos de interesses			6	9	1	1	17	
Nível de envolvimento dos colaboradores na IG e na respectiva missão		1	5	8	3		17	
Envolvimento dos colaboradores nos processos de tomada de decisão		1	7	6	2	1	17	
Envolvimento dos colaboradores em actividades de melhoria		1	5	9	1	1	17	
Mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e dirigentes		2	5	7	2	1	17	
<b>2. Satisfação com a direcção e sistemas de gestão</b>								
Aptidão e liderança para conduzir a IG (estabelecer objectivos, afectar recursos, monitorizar o andamento dos projectos...)	Oiração			5	5	6	1	17
	Chefes de Equipa			3	8	3	3	17
Aptidão da direcção para comunicar	Oiração			5	4	6	2	17
	Chefes de Equipa			4	7	3	3	17
Forma como o sistema de avaliação do desempenho em vigor foi implementado	1	2	4	6	4		17	
Forma como os objectivos individuais e partilhados são fixados	2	1	6	6	2		17	
Forma como a IG recompensa os esforços individuais	1	3	6	6	1		17	
Forma como a IG recompensa os esforços de grupo	2	1	6	6	1	1	17	
Atitude de IG perante a mudança e a modernização	1		5	7	4		17	
<b>3. Satisfação com as condições de trabalho</b>								
Ambiente de trabalho			4	7	6		17	
Modo como a IG lida com os conflitos, queixas ou problemas pessoais		2	2	10	3		17	
Horário de trabalho	2	3	4	8			17	
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais	1		4	10	2		17	
Possibilidade de conciliar o trabalho com assuntos relacionados com a saúde			3	9	5		17	
Igualdade de oportunidades para o desenvolvimento de novas competências profissionais	1		4	8	3	1	17	
Igualdade de oportunidades nos processos de promoção	1	3	4	5	3	1	17	
Igualdade de tratamento na IG	1		3	10	3		17	
<b>4. Satisfação com o desenvolvimento de carreira</b>								
Política de gestão de recursos humanos existentes na IG		1	6	5	4	1	17	
Oportunidades criadas pela IG para desenvolver novas competências		1	7	3	4	2	17	
Ações de formação que realizou até ao presente		2	4	9	3		17	
Mecanismos de consulta e diálogo existentes na IG		1	5	8	2	1	17	
Nível de conhecimento que tem dos objectivos da organização		1	4	7	3	2	17	
<b>5. Níveis de motivação</b>								
Motivação para...	1 - muito desmotivado	2 - desmotivado	3 - pouco motivado	4 - motivado	5 - muito motivado	6 - sem opinião		
Aprender novos métodos de trabalho			3	8	5	1	17	
Desenvolver trabalho em equipa			4	8	4	1	17	
Participar em acções de formação			4	8	4	1	17	
Participar em projetos de mudança na IG		1	2	9	5		17	
Sugerir melhorias	1		2	7	5	2	17	



6. Satisfação com o estilo de liderança										
Satisfação com...	Concordo	Discordo	Sem opinião	O dirigente de topo...						Questionários
				1 - muito insatisfeito	2 - insatisfeito	3 - pouco satisfeito	4 - satisfeito	5 - muito satisfeito	6 - sem opinião	
<b>O dirigente de topo...</b>										
Lidara através do exemplo	5		12	1		6	6	4		17
Demonstra empenho no processo de mudança	4		13		1	6	6	4		17
Aceita críticas construtivas	2		15	1		7	3	5	1	17
Aceita sugestões de melhoria	1		16	1		6	3	5	2	17
Delega competências e responsabilidades	1		16			4	9	4	1	17
Estimula a iniciativa das pessoas	2		15	1	1	7	6	2		17
Encoraja e confia mútua e o respeito	2		14	1	1	6	5	3		16
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança	1		16		2	7	3	4	1	17
Promove ações de formação	3		14	1		6	7	3		17
Reconhece e premia os esforços individuais e das equipas	2	1	14	1	3	4	8	1		17
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa	3		14	1	1	3	10	2		17
<b>O dirigente de nível intermédio...</b>										
Lidara através do exemplo	2		15			3	7	3	4	17
Demonstra empenho no processo de mudança	1		16			5	5	3	4	17
Aceita críticas construtivas	1		16			2	9	2	4	17
Aceita sugestões de melhoria	1		16			4	5	4	4	17
Delega responsabilidades	1		16		1	3	7	2	4	17
Estimula a iniciativa das pessoas	1		16			3	9	1	4	17
Encoraja e confia mútua e o respeito	1		16			2	9	2	4	17
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança	1		16			4	7	2	4	17
Promove ações de formação	1		16	1	1	4	6	1	4	17
Reconhece e premia os esforços individuais e das equipas	1		16		2	3	7	1	4	17
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa	1		16		1	2	7	3	4	17
<b>7. Satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos</b>										
Equipamentos informáticos disponíveis							10	7		17
Software disponível						3	9	5		17
Equipamentos de comunicação disponíveis						2	9	6		17
Condições de higiene				1	2	1	12	1		17
Condições de segurança					1	3	10	3		17



## **Anexo IX**

**Ações realizadas/desenvolvidas em 2014**



INSPEÇÃO-GERAL

DO MINISTÉRIO DA SLDIARIEDADE, EMPREGO  
E SEGURANÇA SOCIAL

Anexo IX - Ponto de Situação dos Processos

Processo	Designação	Trabalho de Terreno a 31/12/2014	Situação a 31/12/2014	Situação a 31/03/2015
32/2013	Acompanhamento das recomendações da auditoria efetuada ao Sistema de Gestão das Rendas do Imobilizado da Segurança Social	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
24/2013	Auditoria aos apoios concedidos pela Segurança Social à Obra Diocesana de Promoção Social do Porto	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
23/2013	Auditoria aos apoios concedidos pela S. Social ao Centro Cultural e Desporto da S.S. LVT, à Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores Seg. Social, CRL e ao Centro Comunitário de Desenvolvimento de Lisboa	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
22/2013	Auditoria à Aquisição de Bens e Serviços no Instituto de Segurança Social	Concluído	Aguarda homologação	Relatório homologado
19/2013	Departamento de Fiscalização do Instituto da Segurança Social, IP	Concluído	Aguarda homologação	Relatório homologado
07/2013	Auditoria aos apoios concedidos pela Segurança Social ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Segurança Social do Algarve e Centro de Ação Social, Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Saúde e Segurança Social do Distrito de Faro	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
1/2014	Sindicância à Associação Mutualista *Previdência Portuguesa - Associação Mutualista*	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
2/2014	Sindicância à Associação Mutualista * União Mutualista Nossa Senhora da Conceição Montijo*	Em curso	Em curso	Em curso
3/2014	Auditoria às Contraordenações Laborais	Concluído	Aguarda homologação	Aguarda homologação
4/2014	Auditoria às Pensões de Sobrevivência do Regime Especial dos Trabalhadores Agrícolas	Concluído	Aguarda homologação	Relatório homologado
5/2014	Auditoria Ao Complemento Solidário para Idosos no Distrito do Porto	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
6/2014	Auditoria ao Complemento Solidário para Idosos no Distrito de Viseu	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
7/2014	Auditoria ao Complemento Solidário para Idosos no Distrito de Santarém	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
8/2014	Auditoria aos Estágios Profissionais/Emprego	Concluído	Aguarda homologação	Relatório homologado
10/2014	Auditoria à inserção de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção - Distrito de Lisboa	Concluído	Relatório provisório em contraditório	Aguarda homologação
11/2014	Auditoria às Pensões Individamente Pagas	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório
13/2014	Auditoria ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Dperações de Execução do Orçamento - IEFP - Área das Despesas c/Pessoal)	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório
14/2014	Auditoria à Contratação Pública - IGFSS	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Relatório provisório em contraditório
15/2014	Auditoria à Criação do Próprio Emprego com Recurso ao Montante Global das Prestações de Desemprego	Suspensão	Suspensão	Em curso
16/2014	Auditoria ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Dperações de Execução do Orçamento - DGSS	Concluído	Relatório provisório em contraditório	Aguarda homologação
17/2014	Auditoria aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à SCM de Deltras	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório



## **Anexo X**

### **Principais deficiências detetadas - Áreas**





## **Anexo XI**

### **Principais recomendações formuladas - Áreas**

Anexo XI - Áreas onde foram formuladas as principais recomendações

Relações	Informação da Procedimentos	Meihoria S:tes Informaçãol / Informaçoes	Meihoria Controlo Interno	Emissão/Alteração de Normativas legais/Intimos	Prazos de Execução	Parâmetros/Instalações	Contratação Pública	Articulação entre Serviços	Incentivo do Acompanhamento	Reposição de Montuários	Cumprimento de obrigações de reporte a outras entidades	
As Despesas CHores Extraordinárias, Ajudas de Custo, Transporte e Alojamento - II		X	X	X						X		
Rendimento Social de Inserção - Coimbra		X	X	X			X					
Ao Subsídio de Desemprego		X	X	X			X	X	X			
Recomendações Auditoria efetuada ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo dos Acordos Cooperação C/JPSS - CO Coimbra										X		
A Aplicação das Medidas L Contenção Despesa Pública no Âmbito Sistema Remuneração - CPL			X	X			X					
Aos apoios concedidos pela SS ao Centro Social, Cultural e Desporto do Pessoal da Saúde do Distrito de Aveiro, Fundação Casa de Pessoal da SS e Saúde do Distrito de Aveiro e Centro de Cultura e Desporto do Pessoal da SS e Saúde de Aveiro		X	X	X				X	X	X		
Aos Apoios Concedidos pela Seg. Social ao Centro Cultural Desporto da Seg. Social LVT, à Cooperativa de Consumo dos Trab. Seg. Social, CRL, e ao Centro Comunitário Desenvolvimento Social de Lisboa		X	X	X				X	X	X	X	
Recomendações Auditoria efetuada ao Sistema de Gestão das Rendidas do Imobilizado da Segurança Social		X	X	X			X	X	X		X	
Aos Apoios Concedidos pela Seg Social ao Centro de Cultura e Desporto dos Trab. da SS do Algarve e Centro de Ação Social, Cultura e Desporto dos Trab. da Saúde e SS do Distrito de Faro		X	X	X			X	X	X			
Ao Complemento Solidário para Idosos distritos de Porto, Santarém e Viseu		X	X	X			X	X	X		X	
Sindicalista à Associação Mutualista - "A Priedência Portuguesa"		X	X	X								
Aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à Obra Diocesana de Promoção Social Porto		X	X	X			X	X	X	X	X	
Departamento de Fiscalização		X	X	X								
Aos Estúdios Profissionais		X	X	X			X	X	X	X	X	
		10	9	12	9	2	3	1	6	7	6	4



## **Anexo XII**

### **Responsabilidade Social - Indicadores**

### ANEXO XII - Indicadores benchmarking RedeSMSESS

Área da Responsabilidade Social	Indicador	Resultado 31/12/2014	Observações
Direitos Humanos	% de colaboradores por género	55,6 % mulheres e 44,4 % homens	45 colaboradores a 31/12/2014
	% de colaboradores em funções de chefia por género	33,3 % mulheres e 66,7 % homens	6 posições de chefia ou direção
	% de pessoas com deficiência ou incapacidade integradas nos quadros, por género *	6% mulheres e 0% homens	2 colaboradoras
	% de pessoas com deficiência ou incapacidade com funções de chefia, por género *	0%	
Práticas Laborais	% de trabalhadores/as com horário flexível, por género	84,0 % mulheres e 70,0 % homens	35 dos 45 colaboradoras. Restantes horários (4 horários de jornada contínua e 6 isenções de horário)
	% de trabalhadores/as com horário a tempo parcial, por género	0%	
	Taxa de absentismo por género	17,7 % mulheres e 6,5 % homens	Taxa absentismo global - 12,8%
	Grau de concretização do plano de formação	não aplicável	
	N.º médio de horas de formação por colaborador, por género	46,4 horas formação mulheres e 31,0 horas formação homens	Média de 39,5 horas de formação por colaborador
	N.º de acordos de negociação coletiva	0	
	Taxa de concretização das consultas de medicina no trabalho	0	
	N.º de rastreios de saúde realizados	0	
	N.º de trabalhadores/as que participam nos rastreios de saúde, por género	0	
	N.º de auditorias de segurança e saúde no trabalho	0	
	N.º de ações de promoção de bem-estar	1	Ação de formação em Primeiros Socorros
	(Tipo de ações que o organismo desenvolve com este objetivo, tais como workshops, ginástica, mensagens, iniciativas culturais, etc.)		
	N.º de estagiários, por género	0	
N.º de projetos e iniciativas que visam a promoção da conciliação da atividade profissional com a vida familiar, com indicação de quais	0		
Ambiente	Volume de plástico separado e entregue para reciclagem (kg/a ou m <sup>3</sup> /a)	3 m <sup>3</sup>	
	Volume de papel separado e entregue para reciclagem (kg/a ou m <sup>3</sup> /a)	15 m <sup>3</sup>	
	Volume de pilhas separado e entregue para reciclagem (kg/a ou m <sup>3</sup> /a)	0	
	N.º de toners separados e entregues para reciclagem	0	
	Quantidade de água consumida (m <sup>3</sup> ) por utilizador/a	17,89	m <sup>3</sup> por utilizador
	Kw de energia consumidos nas instalações por utilizador/a	1870,5	Kw por utilizador
	Consumo de combustíveis na frota própria (média por viatura)	494,6	litros por viatura
	N.º de viaturas elétricas	0	
Práticas operacionais justas	Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	17,0	
Comunidade	Rácio de participação em campanhas de doação sangue (n.º de colaboradores/as que participaram/n.º total de colaboradores/as)	18%	7 colaboradores
	N.º de campanhas de solidariedade em que o organismo participou/organizou	1	1 da RedeSMSESS
	Volume de bens angariados e distribuídos (Kg ou m <sup>3</sup> ) - bens alimentares - roupa - sapatos - brinquedos - livros e material escolar - equipamento	0	
	N.º de protocolos/parcerias estabelecidos com partes interessadas	0	
	N.º de horas de voluntariado organizacional por colaborador/a	0	

\* São considerados pessoas com deficiência ou incapacidade todos/as os/as colaboradores/as com % de incapacidade igual ou superior a 60%



## **Anexo XIII**

### **Balanço Social**

**(em volume próprio)**



## **Anexo XIV**

### **Ações de formação 2014**



**AÇÕES DE FORMAÇÃO  
ANO: 2014**

Área de Formação (1)	Designação das Ações	N.º de Horas por Ação	N.º de Participantes	Valor de Formação (2)	Entidade Formadora	Créditos
90	Promover a eficiência das equipas de trabalho	18	1	18	STE	
	7º Encontro Temático MISESS - "Conciliação Trabalho/Família - O direito e as práticas"	4,5	1	4,5	SGMSESS	
	Liderança e Trabalho de Equipa	25	1	25	SGMSESS	
222	Inglês - nível Intermediário	30	1	30	SGMSESS	
342	Gestão das redes sociais	14	1	14	SGMSESS	
344	Encerramento e prestação de contas na Administração Pública	18	1	18	STE	
345	"A Nova Diretiva dos Contratos Públicos: Desafios e Expectativas"	4	2	8	European Vortal Academy	360,00
	8º Encontro Temático MISESS - "Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho"	3,5	5	17,5	SGMSESS	
	9º Encontro Temático MISESS - "A diversidade humana, viver e conviver com pessoas com deficiência"	4	1	4	SGMSESS	
	Técnicas de negociação e condução de reuniões	18	1	18	STE	
	Conferência Anual de Serviços Partilhados e Compras Públicas 2014	8	1	8	IDC Portugal	
	Monitorização do desempenho organizacional	14	3	42	SGMSESS	
	Aquisição de bens e serviços	14	5	70	SGMSESS	
	Lei Geral Trabalho Funções Públicas	16	2	32	SGMSESS	
	O Código dos Contratos Públicos	14	3	42	SGMSESS	
	Lei Geral Trabalho Funções Públicas	8	2	16	SGMSESS	
	Código do Trabalho na perspetiva da Administração Pública	14	2	28	SGMSESS	
	Conferência - A sustentabilidade da segurança social	4	1	4	Diário Bordo	
	Regime de Mobilidade Geral e Especial na Administração Pública	18	1	18	STE	
	Regime Jurídico do Contrato de Trabalho em Funções Públicas	14	1	14	SGMSESS	
462	Análise e métodos de previsão - nível 1	14	2	28	SGMSESS	
862	Primeiras Sociedades	26	27	675	IEFP	
	Ação de sensibilização - Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos	4	2	8	SGMSESS	
	VI - Encontro Técnico - Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis	7,5	1	7,5	MAPFRE	
	Condição defensiva e económica	14	1	14	SGMSESS	
380	Segurança e Saúde no Trabalho	30	2	60	SGMSESS	
	Conferência - A prova no processo penal do estado democrático de direito	4	1	4	ISCP/IS	
	Conferência - Função Pública entre a privatização e a publicização	3,5	1	3,5	FC - LICP	
	Código do Processo Civil	14	1	14	SGMSESS	
	Direito Financeiro	20	11	220	SGMSESS	
482	Excel Inicial	14	2	28	SGMSESS	
	Access	25	1	25	SGMSESS	
	Access Inicial	18	1	18	STE	
	Construção de Dashboards em Excel	14	1	14	SGMSESS	
	Excel Avançado	25	3	75	SGMSESS	
	PowerPoint	18	1	18	STE	
	Word Avançado	25	4	100	SGMSESS	
	Outlook-gestão de agenda e correio eletrónico	18	2	36	STE	
<b>Área de Formação:</b>						
090 - Desenvolvimento Pessoal						
222 - Línguas e Literaturas Estrangeiras						
342 - Marketing e Publicidade						
344 - Contabilidade e Fiscalidade						
345 - Gestão e Administração						
380 - Direito		100		1779		360,00
462 - Estatística						
482 - Informática na Óptica do Utilizador						
862 - Segurança e Higiene no Trabalho						

Área de Formação:  
090 - Desenvolvimento Pessoal  
222 - Línguas e Literaturas Estrangeiras  
342 - Marketing e Publicidade  
344 - Contabilidade e Fiscalidade  
345 - Gestão e Administração

380 - Direito  
462 - Estatística  
482 - Informática na Óptica do Utilizador  
862 - Segurança e Higiene no Trabalho